

Demonstrações Financeiras 2015/2014

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	03
BALANÇOS PATRIMONIAIS	08
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	12
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	13
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	14
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	16
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	17
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	74
CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MÚLTIPLO S.A. - CCB BRASIL	
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	75

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. "CCB Brasil" - antigo BICBANCO, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o parecer dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Os comentários aqui apresentados, exceto quando indicado de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações financeiras retratadas estão em conformidade com as normas emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e refletem a estrutura societária do CCB Brasil para o respectivo período.

AMBIENTE ECONÔMICO

Em 2015, a inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) alcançou 10,67%. A taxa básica de juros (Selic) encerrou 2015 em 14,25% a.a., patamar que tem se mantido nas cinco últimas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BACEN), abrangendo o período de julho de 2015 a março de 2016. A taxa de câmbio apresentou expressiva volatilidade no decorrer de 2015. A depreciação do Real frente ao Dólar foi de 47,01% e a cotação ao fim do período alcançou R\$ 3,90/US\$. A balança comercial registrou superávit (vendas externas maiores que as importações) de US\$ 19,69 bilhões, foi o resultado mais favorável desde 2011 e reverteu o déficit alcançado em 2014 de US\$ 4,05 bilhões. Em 2015, as exportações somaram US\$ 191,13 bilhões enquanto que as importações atingiram US\$ 171,45 bilhões. A China foi o principal destino das exportações e importações brasileiras, correspondendo a 18,63% e 17,92%, respectivamente, da corrente comercial. O total de empréstimos no sistema financeiro alcançou R\$ 3,22 trilhões em dezembro de 2015, o que representa crescimento de 6,61% em doze meses. O estoque de crédito como proporção do PIB atingiu 54,25%.

A SUBSIDIÁRIA CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL)

Desde 29 de agosto de 2014, o Banco faz parte do Grupo China Construction Bank (CCB), que se posiciona como o segundo maior banco comercial da China, com mais de 60 anos de histórico operacional. As ações do CCB são negociadas na Bolsa de Valores de Hong Kong e na Bolsa de Xangai.

Na Organização, importantes acontecimentos relacionados ao processo de aquisição pelo Grupo CCB marcaram o ano de 2015: (1) a conclusão da Oferta Pública de Ações - OPA; (2) o cancelamento de registro de companhia aberta e (3) a mudança da razão social.

(1) OFERTA PÚBLICA DE AÇÕES - OPA

• Aprovação da OPA de Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão da Companhia

A CVM concedeu, em 25 de agosto de 2015, a favor da Ofertante CCB Brazil Financial Holding - Investimentos e Participações Ltda. o registro para a realização de Oferta Pública Unificada ("OPA") para a aquisição de até a totalidade de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia a ser realizada (i) em razão da alienação do seu controle; (ii) para cancelamento de seu registro para negociação de ações no mercado como emissora de valores mobiliários; e (iii) em decorrência da descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa previstas no segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA S.A denominado Nível 1 de governança corporativa. O Edital da OPA foi publicado em 27 de agosto de 2015.

• Leilão da OPA

Em 28 de setembro, foi realizado o leilão da OPA, e como resultado, a Ofertante adquiriu 2.150.605 ações ordinárias de emissão da Companhia, equivalentes a aproximadamente 1,3% das ações ordinárias de emissão da Companhia e 0,9% do capital social total da Companhia; e 52.704.417 ações preferenciais de emissão da Companhia, equivalentes a 56,9% das ações preferenciais de emissão da Companhia e 20,8% do capital social total da Companhia. Assim, após a liquidação das aquisições realizadas no Leilão, que ocorreu em 1º de outubro de 2015, a Ofertante passou a deter 159.545.537 ações ordinárias de emissão da Companhia, equivalentes a 99,6% das ações ordinárias, e 77.406.999 ações preferenciais, equivalentes a 83,5% das mesmas, e correspondentes, em conjunto, a 93,7% do capital social, ou a 96,1% do capital social da Companhia excluídas as ações em tesouraria. Tendo em vista que o número de ações adquiridas pela Ofertante no Leilão superou ao montante mínimo de 2/3 das ações ordinárias e das ações preferenciais, cujos titulares concordaram expressamente com o cancelamento de registro ou se habilitaram para o Leilão, a Companhia deu prosseguimento aos procedimentos necessários para cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(2) APROVAÇÃO DO CANCELAMENTO DO REGISTRO PELA CVM

A CVM aprovou, em 19 de outubro de 2015, o cancelamento do registro de emissor de valores mobiliários categoria "A" da Companhia, em continuidade à realização bem-sucedida do Leilão da OPA para aquisição de até a totalidade das ações ordinárias e preferenciais da Companhia, e em cumprimento a todas as disposições regulamentares aplicáveis. Desse modo, a Instituição passou a ser uma companhia de capital fechado e as ações de sua emissão deixaram de estar listadas para negociação na BM&FBOVESPA e em qualquer outro mercado organizado.

(3) APROVAÇÃO DA MUDANÇA DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

O Banco Central do Brasil (BACEN), em publicação no Diário Oficial da União de 4 de novembro de 2015, autorizou a mudança da denominação social de Banco Industrial e Comercial S.A. para China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., em consonância com a AGE de 30 de setembro de 2015, a qual deliberou sobre essa matéria.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

R\$ Milhões	31/12/2015
Total de Ativos	14.003,3
Operações de Crédito - Carteira Expandida	8.289,2
Captações em Reais	4.652,3
Captações em Moeda Estrangeira	5.953,1
Patrimônio Líquido	734,5
Basileia	14,68
Resultado Líquido	(491,5)
Pontos de Atendimento	37
Número de Funcionários (conglomerado financeiro)	809

RISCOS

O Banco adota as melhores práticas de governança corporativa que visam potencializar o valor da Instituição e gerar, no longo prazo, maior retorno aos acionistas, e crescimento da Instituição. A gestão de riscos da Instituição tem como objetivo garantir que as operações e relacionamentos assegurem a qualidade dos serviços e um adequado balanço entre o risco e o retorno.

O Banco adota o critério de avaliação de carteiras em função da rentabilidade das operações e do capital econômico que consomem considerando os principais riscos identificados, incluindo-se os de mercado, crédito, socioambiental, liquidez e operacional.

As atividades de gerenciamento são realizadas por estruturas específicas e especializadas, atendendo aos objetivos, políticas e estratégias definidos. A governança de riscos, de maneira geral, é centralizada no Comitê de Governança, que cuida ainda da definição de limites globais de exposição e os níveis de conformidade e alocação de capital em função dos riscos.

As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração. O modelo adotado se baseia na independência e transparência de avaliação, com segregação das decisões das áreas operacionais e de controles. O Banco adota modelos internos de rating, gestão de capital por avaliação de cenários, análise de VaR como elemento de controle e limites, além de testes de estresse.

Conta a Instituição com medidas transversais destinadas a limitar a excessiva concentração do perfil de riscos, na perspectiva dos clientes, negócios, produtos e disposição geográfica. A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site da Instituição (<http://www.br.ccb.com>).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RISCO DE MERCADO

O controle dos riscos potenciais de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros que compõem as carteiras é essencial para aperfeiçoar o uso do capital e priorizar os negócios que oferecem a melhor relação de risco e retorno. Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente e para efeito de classificação quanto à intenção de negociação, as carteiras são divididas em duas categorias.

As operações com intenção de negociação e destinadas à revenda, obtenção de benefício de movimentos de preços e realização de arbitragem (*Trading Book*) são segregadas das estruturais, destinadas à gestão ativa da carteira (*Banking Book*), no momento de sua realização.

Diariamente, os limites preestabelecidos pelo Comitê de Tesouraria são comparados aos valores das carteiras marcadas a mercado (MtM) e ao Value at Risk (VaR) e o VaR em cenários de estresse. O controle das posições do banco pelo seu valor de mercado visa fornecer uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco. Durante o semestre, os níveis médios de risco de mercado mantiveram-se reduzidos quando comparados ao Patrimônio Líquido da Instituição. Em 30 de dezembro de 2015, o VaR para a exposição trading atingiu R\$ 266 mil e o VaR Global (*Trading e Banking*) - R\$ 34,8 milhões.

Comparativamente, em 30 de Dezembro de 2014, o VaR para a exposição *trading* atingiu R\$ 529 mil e o VaR Global (*Trading e Banking*) - R\$ 64,5 milhões.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL

O Banco acompanha a composição dos ativos e passivos, detalhados por indexador, com o intuito de gerenciar as exposições e analisar os impactos possíveis em diversos cenários. A estratégia de gestão do risco cambial é a de compensar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor das moedas. Para essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais por intermédio da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

Em 30 de dezembro de 2015, a exposição cambial, para efeito do requerimento de capital atendendo a Circular BACEN nº 3.389 de 25 de junho de 2008, e Circular BACEN nº 3.662 de 11 de julho de 2013, somava R\$ 35,3 milhões representando elevação ante a exposição de R\$ 8,1 milhões de dezembro de 2014.

RISCO DE LIQUIDEZ

O Banco dispõe de um conjunto de controles e limites técnicos para monitorar ocorrência de eventuais desequilíbrios entre o fluxo dos ativos negociáveis e passivos exigíveis que possa afetar a capacidade de pagamento da Instituição. O fluxo de caixa é avaliado diariamente e são definidas ações táticas para sua manutenção. Pela sua importância, os limites de liquidez e os modelos de estresse são permanentemente avaliados, bem como as decisões estratégicas e a política de contingência para um horizonte de tempo de, no mínimo, três anos.

Os indicadores definidos para o cenário de estresse de mercado e institucional permitem simular o comportamento do caixa e antecipar ações. A política de caixa mínimo vigente considera a possibilidade de resgates antecipados de passivos e necessidade de renovações de operações ativas em caso de turbulência na economia.

A simulação do fluxo de caixa em condições severas de estresse revela resultados que superaram amplamente os limites mínimos de liquidez de curto prazo definidos nas políticas.

RISCO DE CRÉDITO

A gestão do risco de crédito permite um controle integrado com diversas visões da carteira, incluídas as linhas utilizadas e não utilizadas, derivativos e operações que não constam do balanço. O risco de crédito decorre principalmente de operações de empréstimo, de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos além de obrigações financeiras relacionadas a compromissos de empréstimo e prestação de garantias. Os limites são aprovados em comitês, com utilização de modelos de rating. Os controles são centralizados e em tempo real, o que confere perfeita sintonia com os limites estabelecidos e com a qualidade das garantias. O Banco prioriza manter uma carteira de riscos bastante diversificada em relação à sua exposição a grandes riscos, a mercados e setores e a produtos.

O Banco considera o impacto social e ambiental adverso das atividades dos clientes que decorrem de eventual paralisação ou limitação de atividades que podem refletir em elevação de riscos associados à capacidade de pagamento, ao cumprimento de obrigações, à performance e demais riscos de crédito. Além da classificação de rating de crédito, todos os clientes são qualificados em ratings socioambientais. Em 30 de dezembro de 2015, cerca de 85% dos clientes possuíam riscos socioambientais médios e baixos.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RISCO OPERACIONAL

O Banco aloca capital para risco operacional atendendo à legislação e adota a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, prevista no § 1º do artigo 1º da Circular nº 3.383, de 30 de abril de 2008 e complementa a visão do risco operacional por intermédio de modelo gerencial de avaliação econômica por linha de negócios, com quantificação dos riscos operacionais por meio de modelos estatísticos, utilizando-se de sistema que permite o cálculo de perdas esperadas e alocação de capital para perdas não esperadas (VaR no intervalo de confiança 99,9%). A exposição ao risco operacional é revisada ao menos semestralmente, incluindo-se a avaliação de seus controles e ajustando-os de acordo com suas estratégias e seu apetite ao risco. A estrutura de gestão é distinta daquelas que lidam com o risco de mercado e de crédito permitindo um efetivo sistema de controles internos que visa a redução da probabilidade de erros humanos e irregularidades em processos, produtos e sistemas. Os Comitês de Risco e de Controles Internos determinam qual o nível aceitável de tolerância ao risco.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O CCB Brasil possui uma estrutura de Comitês que agrega as áreas técnicas e decisórias, possibilita troca de experiências e permite a elaboração de soluções consistentes para o desenvolvimento de um ambiente que possibilite a sustentabilidade dos negócios, preservação de imagem e administração de riscos. Por intermédio de manifestação de comitês sobre as principais decisões, especialmente em ambiente de alta volatilidade, de elevação de inadimplência e riscos de liquidez do fluxo de caixa, há o alinhamento à estratégia de negócios e ao apetite ao risco.

Esta estrutura é composta por 15 comitês especializados, com funções específicas e técnicas, amparados pelo Comitê de Governança Corporativa, responsável por auxiliar na implantação de iniciativas e aprovar questões ligadas a mudanças de padrões, processos e produtos que venham a afetar o direcionamento estratégico, inclusive no que concerne a avaliar e deliberar as recomendações de sanções encaminhadas pelo Comitê Azul (Comitê de Sustentabilidade).

Dando ainda maior ênfase ao pilar de supervisão, o Comitê de Auditoria realiza periodicamente a revisão dos principais relatórios e se reúne com os gestores, obtendo uma visão abrangente dos principais riscos e controles com o intuito de subsidiar o Conselho de Administração em questões referentes à contabilidade, auditoria e finanças, visando proporcionar maior transparência às informações e assegurar a prestação de contas dos administradores.

RECONHECIMENTOS

Decorrente de suas práticas de Governança, o Banco preza pela qualidade e aperfeiçoamento do relacionamento e prestação de contas aos seus públicos de interesse. Com o objetivo de aperfeiçoar a comunicação de informações e revelar de forma clara as atividades e resultados econômicos, sociais e ambientais a Instituição publica anualmente seu **Relatório Anual e de Sustentabilidade**, destinado a todos os públicos e que está disponível em seu site.

Em 2015, o CRF Institute, com sede em Amsterdam concedeu pelo quarto ano consecutivo, o prêmio de certificação “Top Employers Brasil 2015”. O Instituto é especialista na área de pesquisas internacionais sobre gerenciamento de Recursos Humanos e condições de trabalho. Em seu relatório deste ano, o Top Employers destacou que “o Banco oferece condições de trabalho excelentes, promove e desenvolve o talento de todos os níveis da empresa e demonstrou que é líder no ambiente de Recursos Humanos, esforçando-se para melhorar continuamente as suas práticas de Recursos Humanos e se desenvolver, sempre”.

O Banco consta na lista das 100 Melhores Empresas em Cidadania Corporativa 2015, após levantamento das listadas entre as “1.000 Maiores e Melhores Empresas do Brasil” (Exame) e “Melhores Empresas para Trabalhar” (Você S/A | FIA - GPTW | Época). A pesquisa envolveu cinco pilares: Qualidade de Vida no Trabalho, Responsabilidade Social, Responsabilidade Ambiental, Ética e Relacionamento com os Stakeholders, e Diversidade e Inclusão Social.

A Instituição está entre as “Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência” ao lado de outras 56 empresas que também se inscreveram. Trata-se de um papel importantíssimo na inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho que atende à conhecida Lei de Cotas - Lei nº 8.213/91 que determina uma proporção obrigatória entre 2% e 5% de pessoas com deficiência no quadro geral de funcionários das empresas com mais de 100 empregados. O Prêmio “As Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência” é uma iniciativa da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPCD) em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e visa induzir o processo de inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, criar um instrumento adicional de apoio à Lei de Cotas por meio do reconhecimento das boas práticas inclusivas, além de incentivar constantes melhorias nas iniciativas de empresas de todo o estado de São Paulo. O Banco foi avaliado com o grau A do seu Rating de Sustentabilidade, emitido pela Consultoria Management & Excellence em Junho/2015, reconhecimento que o impulsiona ao aprimoramento e reforça seu compromisso com a sustentabilidade por meio da efetividade de suas ações, seu desempenho e estratégia. O CCB Brasil foi uma das empresas que constou da lista das 100 Empresas em Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional - IDHO 2015.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, o Banco e as empresas controladas não contrataram e nem tiveram serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

CIRCULAR Nº 3.068/01 BACEN

O CCB Brasil declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 189,7 milhões, o que representa 4,7% do total de títulos e valores mobiliários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição. (Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 29 de março de 2016).

RATINGS

Agências/ Consultoria	Rating	Âmbito/Classificação	Data de Publicação do Rating
Moody's	Ba3 NP Aa1.br BR-1 Negativa	<ul style="list-style-type: none"> • Depósitos na Escala Global em moeda estrangeira e moeda local - Longo prazo - Curto prazo • Depósitos na Escala Nacional - Longo prazo - Curto prazo • Perspectiva 	25/02/2016
Standard & Poor's	BB- B brA- CreditWatch Negativo	<ul style="list-style-type: none"> • Escala Global em moeda estrangeira e moeda local - rating de contraparte - Longo prazo - Curto prazo • Escala Nacional • Perspectiva 	14/03/2016
Fitch Ratings	AAA(bra) F1+(bra) Estável	<ul style="list-style-type: none"> • Escala Nacional - Longo prazo - Curto prazo • Perspectiva 	29/06/2015
Management & Excellence	A	<ul style="list-style-type: none"> • Rating de Sustentabilidade 	Julho/2015

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

ATIVO	Nota	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
		2015	2014	2015	2014
Circulante		8.627.623	10.259.613	8.521.067	9.934.120
Disponibilidades	4a.	392.599	173.694	393.518	175.098
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		828.122	983.375	350.946	177.404
Aplicações no mercado aberto	4b.	–	200	–	22.843
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	497.508	943.974	20.332	115.360
Aplicações em moedas estrangeiras	4d.	330.614	39.201	330.614	39.201
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		4.136.474	2.811.425	4.142.745	2.848.999
Carteira própria	5b.	1.868.657	897.378	1.868.657	925.472
Vinculados a operações compromissadas	5b.	1.645.069	1.543.034	1.645.069	1.543.034
Vinculados a prestação de garantias	5b.	278.851	268	285.122	9.748
Instrumentos financeiros derivativos	6b.	343.897	370.745	343.897	370.745
Relações Interfinanceiras		33.309	98.214	33.309	98.214
Depósitos no Banco Central	7.	33.309	98.214	33.309	98.214
Operações de Crédito		2.260.927	4.737.109	2.531.167	5.010.409
Operações de crédito	8.	2.467.978	5.055.843	2.923.219	5.544.414
Setor público		70.358	130.945	70.358	130.945
Setor privado		2.397.620	4.924.898	2.852.861	5.413.469
Operações de crédito vinculadas a cessão		166.499	195.219	–	–
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9.	(373.550)	(513.953)	(392.052)	(534.005)
Operações de Arrendamento Mercantil	8i.	–	–	69.620	126.898
Arrendamentos a receber - setor privado		–	–	76.934	148.021
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		–	–	(7.314)	(21.123)
Outros Créditos		948.574	1.414.911	958.245	1.442.136
Avais e fianças honrados		34.317	5.166	34.317	5.166
Carteira de câmbio	10.	827.160	1.260.374	827.160	1.260.374
Rendas a receber		18.612	12.558	18.611	12.559
Negociação e intermediação de valores		1.196	4.598	1.196	4.598
Diversos	11.	155.559	294.722	166.376	321.952
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.	(88.270)	(162.507)	(89.415)	(162.513)
Outros Valores e Bens		27.618	40.885	41.517	54.962
Despesas antecipadas	12b.	27.618	40.885	41.517	54.962
Realizável a Longo Prazo		5.441.259	5.295.215	5.300.575	5.432.355
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		660.793	396.929	–	3.142
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	660.793	396.929	–	3.142
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		868.111	1.460.623	868.111	1.433.930
Carteira própria	5b.	197.135	825.245	197.135	798.552
Vinculados a operações compromissadas	5b.	52.495	211.493	52.495	211.493

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

ATIVO	Nota	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
		2015	2014	2015	2014
Vinculados à prestação de garantias		–	144.357	–	144.357
Instrumentos financeiros derivativos	6b.	618.481	279.528	618.481	279.528
Operações de Crédito		<u>1.539.461</u>	<u>1.725.035</u>	<u>1.909.780</u>	<u>2.087.491</u>
Operações de crédito	8.	<u>1.610.721</u>	<u>1.915.847</u>	<u>2.262.630</u>	<u>2.525.108</u>
Setor público		22.506	44.599	22.506	44.599
Setor privado		1.588.215	1.871.248	2.240.124	2.480.509
Operações de crédito vinculadas a cessão		271.186	241.671	–	–
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9.	(342.446)	(432.483)	(352.850)	(437.617)
Operações de Arrendamento Mercantil	8i.	–	–	34.781	84.610
Arrendamentos a receber - setor privado		–	–	39.529	102.091
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		–	–	(4.748)	(17.481)
Outros Créditos		<u>2.115.248</u>	<u>1.437.045</u>	<u>2.207.077</u>	<u>1.523.111</u>
Carteira de câmbio		2.231	264	2.231	264
Ativo fiscal diferido - créditos tributários	28a.	1.615.618	1.008.586	1.692.179	1.086.234
Diversos	11.	538.472	440.371	552.966	448.794
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.	(41.073)	(12.176)	(40.299)	(12.181)
Outros Valores e Bens		<u>257.646</u>	<u>275.583</u>	<u>280.826</u>	<u>300.071</u>
Outros valores e bens	12a.	316.617	312.623	331.561	321.587
Despesas antecipadas	12b.	13.394	36.307	27.093	55.225
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	12a.	(72.365)	(73.347)	(77.828)	(76.741)
Permanente		<u>569.858</u>	<u>562.288</u>	<u>181.688</u>	<u>184.942</u>
Investimentos		<u>453.887</u>	<u>435.486</u>	<u>5.137</u>	<u>715</u>
Participações em controladas - no país	15.	453.177	434.773	4.425	–
Outros investimentos		1.158	1.161	1.202	1.205
Provisão para perdas em investimentos		(448)	(448)	(490)	(490)
Imobilizado de Uso	13b.	<u>113.595</u>	<u>124.718</u>	<u>114.338</u>	<u>125.749</u>
Imóveis de uso		166.813	164.528	166.813	164.528
Outras imobilizações de uso		32.732	34.847	35.435	37.624
Depreciações acumuladas		(85.950)	(74.657)	(87.910)	(76.403)
Intangível	13c.	<u>2.376</u>	<u>2.084</u>	<u>62.213</u>	<u>58.478</u>
Ativos intangíveis		8.501	6.103	115.846	113.794
Amortização acumulada		(6.125)	(4.019)	(53.633)	(55.316)
Diferido	13d.				
Gastos de organização e expansão		30.784	43.886	30.784	43.886
Amortização acumulada		(30.784)	(43.886)	(30.784)	(43.886)
Total do Ativo		<u>14.638.740</u>	<u>16.117.116</u>	<u>14.003.330</u>	<u>15.551.417</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

PASSIVO	Nota	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
		2015	2014	2015	2014
Circulante		9.729.040	10.982.957	9.434.142	10.697.251
Depósitos	17a.	2.671.557	5.041.029	2.656.321	4.952.472
Depósitos à vista		116.952	221.561	114.104	219.537
Depósitos de poupança		12.733	12.834	12.733	12.834
Depósitos interfinanceiros		145.202	237.840	145.202	237.840
Depósitos a prazo		2.394.298	4.565.637	2.381.910	4.479.104
Depósitos em moedas estrangeiras		2.372	3.157	2.372	3.157
Captações no Mercado Aberto	18.	1.691.036	1.746.451	1.511.007	1.614.644
Carteira própria		1.691.036	1.746.451	1.511.007	1.614.644
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		442.814	1.543.664	442.814	1.543.664
Recursos de letras emitidas		410.914	589.935	410.914	589.935
Letras de crédito imobiliário		141.910	233.234	141.910	233.234
Letras de crédito de agronegócio		192.662	258.268	192.662	258.268
Letras financeiras		76.342	98.433	76.342	98.433
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	19.	31.900	953.729	31.900	953.729
Relações Interfinanceiras		3	10.361	3	10.361
Recebimentos e pagamentos a liquidar		3	29	3	29
Correspondentes no país		–	10.332	–	10.332
Relações Interdependências		23.202	15.235	23.202	15.235
Recursos em trânsito de terceiros		23.202	15.235	23.202	15.235
Obrigações por Empréstimos	20.	4.102.098	1.758.462	4.102.098	1.774.340
Empréstimos no exterior		4.102.098	1.758.462	4.102.098	1.774.340
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	21.	45.285	86.263	45.285	86.263
Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ		37.656	74.929	37.656	74.929
Ministério das Cidades		7.629	11.334	7.629	11.334
Obrigações por Repasses do Exterior	20.	216.399	263.610	216.399	263.610
Instrumentos Financeiros Derivativos	6b.	25.132	12.505	25.132	11.811
Instrumentos financeiros derivativos		25.132	12.505	25.132	11.811
Outras Obrigações		511.514	505.377	411.881	424.851
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		887	2.944	1.097	3.233
Carteira de câmbio	10.	20.476	43.658	20.476	43.658
Sociais e estatutárias		13.316	914	13.316	1.354
Fiscais e previdenciárias	22.	42.633	20.520	69.320	38.158

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

PASSIVO	Nota	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
		2015	2014	2015	2014
Negociação e intermediação de valores		8.181	5.176	8.181	5.176
Divida subordinada	25.	19.025	96.882	19.025	96.882
Diversas	24.	406.996	335.283	280.466	172.394
Obrigações por cotas subordinadas - FIDC	24.	–	–	–	63.996
Exigível a Longo Prazo		4.145.848	3.888.076	3.805.612	3.608.618
Depósitos	17a.	1.135.230	1.772.182	1.077.295	1.723.236
Depósitos interfinanceiros		665.612	164.150	665.612	164.150
Depósitos a prazo		469.618	1.608.032	411.683	1.559.086
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		130.670	232.750	130.912	232.959
Recursos de letras emitidas		75.604	156.369	75.604	156.369
Letras de crédito imobiliário		56.844	48.722	56.844	48.722
Letras de crédito de agronegócio		11.964	36.968	11.964	36.968
Letras financeiras		6.796	70.679	6.796	70.679
Recursos de aceites cambiais		–	–	242	209
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	19.	55.066	76.381	55.066	76.381
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	22.	22.732	3.140	22.732	3.140
Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ		22.732	3.140	22.732	3.140
Obrigações por Repasses do Exterior	20.	5.507	–	5.507	–
Outras Obrigações		2.851.709	1.880.004	2.569.166	1.649.283
Fiscais e previdenciárias	22.	652.232	603.331	681.240	655.919
Dívida subordinada	25.	1.489.548	982.026	1.489.548	982.026
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	25.	397.526	–	397.526	–
Diversas	24.	312.403	294.647	852	690
Obrigações por cotas subordinadas - FIDC	24.	–	–	–	10.648
Resultados de Exercícios Futuros	26.	29.107	26.100	29.107	26.100
Patrimônio Líquido	27.	734.745	1.219.983	734.469	1.219.448
Capital Social Realizado		2.012.810	2.012.810	2.012.810	2.012.810
De domiciliados no país		2.012.810	1.831.529	2.012.810	1.831.529
De domiciliados no exterior		–	181.281	–	181.281
Ajustes de avaliação patrimonial		(5.010)	(11.586)	(5.010)	(11.586)
Prejuízos acumulados		(1.217.950)	(726.136)	(1.218.226)	(726.671)
(–) Ações em tesouraria		(55.105)	(55.105)	(55.105)	(55.105)
Total do Passivo		14.638.740	16.117.116	14.003.330	15.551.417

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E DO SEGUNDO SEMESTRE

EM MILHARES DE REAIS, EXCETO LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

	Nota	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO		
		2º Semestre		2014	2º Semestre		2014
		2015	2015		2015	2015	
Receitas da Intermediação Financeira		1.931.862	3.448.193	2.139.740	1.950.358	3.477.116	2.172.970
Operações de crédito	29a.	515.282	1.104.604	1.358.019	602.807	1.268.582	1.490.520
Operações de arrendamento mercantil		–	–	–	(4.764)	(6.736)	29.505
Resultado de títulos e valores mobiliários	29b.	329.974	647.258	405.810	265.709	516.092	276.340
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	29c.	772.410	1.145.009	132.367	772.410	1.147.856	133.061
Resultado de câmbio	29d.	314.101	551.104	242.156	314.101	551.104	242.156
Resultado de aplicações compulsórias		95	218	258	95	218	258
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		–	–	1.130	–	–	1.130
Despesas da Intermediação Financeira		(2.306.610)	(4.039.616)	(2.827.596)	(2.274.728)	(3.972.044)	(2.781.484)
Captação no mercado	29e.	(1.085.219)	(2.008.722)	(1.265.159)	(1.065.661)	(1.971.788)	(1.238.634)
Empréstimos, cessões e repasses	29f.	(713.929)	(1.017.248)	(266.204)	(713.929)	(1.022.288)	(267.542)
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		(15.645)	(43.472)	(72.362)	(468)	(2.198)	(655)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9a.	(491.817)	(970.174)	(1.223.871)	(494.670)	(975.770)	(1.274.653)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(374.748)	(591.423)	(687.856)	(324.370)	(494.928)	(608.514)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(243.795)	(486.716)	(483.123)	(292.762)	(575.936)	(562.807)
Receitas de prestação de serviços		22.874	49.344	59.030	28.756	62.993	72.458
Rendas de tarifas bancárias		4.480	10.398	23.245	4.535	10.474	23.292
Despesas de pessoal	29i.	(106.412)	(205.188)	(208.008)	(114.883)	(222.503)	(225.311)
Despesas tributárias	29k.	(10.029)	(22.962)	(47.431)	(14.125)	(32.092)	(56.597)
Resultado de participações em controladas	15.	10.029	13.370	3.921	(1.157)	(1.157)	–
Outras despesas administrativas	29j.	(71.614)	(137.196)	(168.248)	(88.281)	(170.007)	(197.474)
Outras receitas operacionais	29g.	29.916	53.913	58.320	34.238	65.960	64.094
Outras despesas operacionais	29h.	(123.039)	(248.395)	(203.952)	(141.845)	(289.604)	(243.269)
Resultado Operacional		(618.543)	(1.078.139)	(1.170.979)	(617.132)	(1.070.864)	(1.171.321)
Resultado não operacional	29m.	(4.318)	(1.526)	(82.769)	(4.537)	(2.673)	(80.077)
Resultado Antes da Tributação e Participações Sobre o Lucro		(622.861)	(1.079.665)	(1.253.748)	(621.669)	(1.073.537)	(1.251.398)
Imposto de renda	28c.	(8.501)	(13.074)	3.727	(9.243)	(16.583)	(207)
Contribuição social	28c.	(7.011)	(9.755)	2.235	(8.095)	(12.734)	(2.998)
Ativo fiscal diferido - Impostos e contribuições	28c.	414.729	610.680	520.868	415.448	611.308	527.312
Participações estatutárias no lucro		–	–	(7.867)	–	–	(7.867)
Prejuízo Líquido do Período		(223.644)	(491.814)	(734.785)	(223.559)	(491.546)	(735.158)
Número de Ações Integralizadas (mil)	27.	252.904	252.904	252.904			
Prejuízo por Ação do Capital Social - R\$		(0,88)	(1,94)	(2,91)			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E DO SEGUNDO SEMESTRE

EM MILHARES DE REAIS

	MÚLTIPLO						CONSOLIDADO		
	2º Semestre			2º Semestre					
	2015	2015	2014	2015	2015	2014			
1.Receitas	1.452.401	2.505.993	941.006	1.460.081	2.515.692	917.116			
1.1 Intermediação Financeira	1.931.862	3.448.193	2.139.740	1.950.358	3.477.116	2.172.970			
1.2 Prestação de Serviços	27.354	59.742	82.275	33.291	73.467	95.750			
1.3 Provisão para devedores duvidosos - Reversão/(Constituição)	(491.817)	(970.174)	(1.223.871)	(494.670)	(975.770)	(1.274.653)			
1.4 Outras	(14.998)	(31.768)	(57.138)	(28.898)	(59.121)	(76.951)			
2.Despesas de Intermediação Financeira	1.814.793	3.069.442	1.603.725	1.780.058	2.996.274	1.506.831			
3.Insumos Adquiridos de Terceiros	107.477	210.720	238.230	122.698	241.382	272.114			
3.1 Materiais, energia e outros	15.763	27.845	27.721	25.179	44.592	38.948			
3.2 Serviços de terceiros	28.221	52.317	73.381	33.713	64.476	86.853			
3.3 Perda (Recuperação) de valores ativos	63.493	130.558	137.128	63.806	132.314	146.313			
4.Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	(469.869)	(774.169)	(900.949)	(442.675)	(721.624)	(861.829)			
5. Depreciação, amortização e exaustão	6.329	15.298	28.454	6.564	15.916	29.283			
6.Valor Adicionado Líquido Produzido/Utilizado pela Entidade (4-5)	(476.198)	(789.467)	(929.403)	(449.239)	(737.880)	(891.112)			
7.Valor Adicionado Recebido em Transferência	10.390	14.000	4.357	(794)	(525)	436			
7.1 Resultado de equivalência patrimonial	10.028	13.369	3.921	(1.156)	(1.156)	-			
7.2 Outras	362	631	436	362	631	436			
8.Valor Adicionado/Aplicado a Distribuir (6+7)	(465.808)	(775.467)	(925.046)	(450.033)	(738.405)	(890.676)			
9. Distribuição do Valor Adicionado	(465.808)	(775.467)	(926.026)	(450.033)	(738.405)	(890.676)			
9.1 Pessoal	90.694	173.980	183.788	97.910	188.657	198.549			
9.1.1 Remuneração direta	72.883	141.225	151.961	78.052	151.747	162.709			
9.1.2 Benefícios	10.475	20.023	19.490	12.150	23.336	22.556			
9.1.3 F.G.T.S.	7.336	12.732	12.337	7.708	13.574	13.284			
9.2 Impostos, taxas e contribuições	(345.874)	(484.507)	(405.838)	(338.357)	(464.323)	(388.223)			
9.2.1 Federais	(352.925)	(500.052)	(420.150)	(346.501)	(482.274)	(405.263)			
9.2.2 Estaduais	459	706	644	686	1.107	1.200			
9.2.3 Municipais	6.592	14.839	13.668	7.458	16.844	15.840			
9.3 Remuneração de capitais de terceiros	13.016	26.874	30.809	13.973	28.807	34.156			
9.3.1 Aluguéis	13.016	26.874	30.809	13.973	28.807	34.156			
9.4 Remuneração de capitais próprios	(223.644)	(491.814)	(734.785)	(223.559)	(491.546)	(735.158)			
9.4.2 Lucros/prejuízos retidos	(223.644)	(491.814)	(734.785)	(223.559)	(491.546)	(735.158)			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E DO SEGUNDO SEMESTRE- MÉTODO INDIRETO

EM MILHARES DE REAIS

	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO		
	2º Semestre		2014	2º Semestre		2014
	2015	2015		2015	2015	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais						
Prejuízo Líquido	(223.644)	(491.814)	(734.785)	(223.559)	(491.546)	(735.158)
Ajustes ao Prejuízo Líquido	505.808	995.368	1.365.858	522.093	1.022.291	1.420.716
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	491.817	970.174	1.223.871	494.670	975.770	1.274.653
Depreciações e amortizações	6.330	15.299	28.455	6.564	15.915	29.283
Pagamento de remuneração em ações	–	–	2.402	–	–	2.402
Provisão/(reversão) outras	2.761	(550)	65.257	3.265	1.519	67.932
Provisão/(reversão) com processos cíveis e trabalhistas	13.866	24.041	39.084	15.659	29.268	39.802
Resultado de participações em controladas	(10.029)	(13.370)	(3.921)	1.157	1.157	–
Perda na venda de outros investimentos	–	–	–	–	–	1
Perda (Ganho) na venda de imobilizado	2.434	2.481	(207)	2.432	2.478	(181)
Perda (Ganho) na venda bens não de uso próprio	(1.371)	(2.707)	10.927	(1.654)	(3.808)	6.834
Outros	–	–	(10)	–	(8)	(10)
Lucro Líquido Ajustado	282.164	503.554	631.073	298.534	530.745	685.558
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	30.886	132.279	(48.579)	49.322	47.847	55.400
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(132.873)	(722.920)	(2.242.097)	(131.382)	(672.079)	(2.165.584)
(Aumento)/redução em relações interfinanceiras e interdependências	49.099	62.515	(91.729)	49.099	62.515	(91.729)
Redução em operações de crédito e de arrendamento mercantil	1.171.931	1.889.534	817.425	1.257.307	1.986.603	707.296
(Aumento) em outros créditos e outros valores e bens	(93.126)	(369.212)	(979.874)	(82.375)	(352.386)	(991.907)
(Redução) em depósitos	(2.320.091)	(3.006.424)	(408.310)	(2.238.143)	(2.942.090)	(372.838)
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	530.069	(55.415)	1.657.172	513.000	(103.637)	1.573.543
Aumento/(redução) em outras obrigações	205.353	126.608	8.696	79.064	50.453	(37.925)
Aumento em resultado de exercícios futuros	4.143	3.007	5.903	4.143	3.007	5.903

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E DO SEGUNDO SEMESTRE- MÉTODO INDIRETO

EM MILHARES DE REAIS

	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO		
	2º Semestre		2014	2º Semestre		2014
	2015	2015		2015	2015	
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	(272.445)	(1.436.474)	(650.320)	(201.431)	(1.389.022)	(632.283)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:						
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários	(4.117)	9.619	(16.047)	(57.293)	(35.953)	(59.748)
Alienação de bens não de uso próprio	21.554	27.257	146.422	24.162	31.891	154.488
Alienação de investimentos	–	7	–	–	7	–
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento mercantil	390	427	882	473	510	879
Aquisição de bens não de uso próprio	(18.911)	(28.544)	(29.284)	(24.919)	(38.057)	(34.064)
Aquisição de investimentos	–	(1.045)	–	(5.582)	(5.585)	–
Aquisição de imobilizado de uso	(6.933)	(9.436)	(11.608)	(6.937)	(9.511)	(11.913)
Aplicação no intangível	(1.638)	(2.398)	(2.162)	(1.610)	(2.149)	(2.427)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	(9.655)	(4.113)	88.203	(71.706)	(58.847)	47.215
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos						
(Redução) em recursos de emissão de títulos	(1.276.552)	(1.204.532)	(71.769)	(1.276.535)	(1.204.500)	(74.201)
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos e repasses	1.121.543	2.279.225	(408.336)	1.097.136	2.263.347	(393.287)
Aumento em dívidas subordinadas	271.199	428.162	131.517	271.199	428.162	131.517
Aumento em instrumento de dívida elegíveis a capital	397.526	397.526	–	397.526	397.526	–
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	513.716	1.900.381	(348.588)	489.326	1.884.535	(335.971)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	231.616	459.794	(910.705)	216.189	436.666	(921.039)
Saldo inicial de caixa e equivalentes	491.597	263.419	1.174.124	507.943	287.466	1.208.505
Saldo final de caixa e equivalentes	723.213	723.213	263.419	724.132	724.132	287.466
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	231.616	459.794	(910.705)	216.189	436.666	(921.039)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E DO SEGUNDO SEMESTRE

EM MILHARES DE REAIS

	Nota	Capital social	Ações em Tesouraria	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
				Legal	Estatutária			
Saldos em 01 de janeiro de 2014		1.434.206	(57.507)	78.538	508.675	(11.617)	40	1.952.335
Aumento de capital com reservas		578.604	–	(75.487)	(503.117)	–	–	–
Pagamento de remuneração em ações		–	2.402	–	–	–	–	2.402
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	31	–	31
Transferência para amortização de prejuízo		–	–	(3.051)	(5.558)	–	8.609	–
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	–	(734.785)	(734.785)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		2.012.810	(55.105)	–	–	(11.586)	(726.136)	1.219.983
Mutações do exercício		578.604	2.402	(78.538)	(508.675)	31	(726.176)	(732.352)
Saldos em 01 de janeiro de 2015		2.012.810	(55.105)	–	–	(11.586)	(726.136)	1.219.983
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	6.576	–	6.576
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	–	(491.814)	(491.814)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		2.012.810	(55.105)	–	–	(5.010)	(1.217.950)	734.745
Mutações do exercício		–	–	–	–	6.576	(491.814)	(485.238)
Saldos em 01 de julho de 2015		2.012.810	(55.105)	–	–	(18.773)	(994.306)	944.626
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	13.763	–	13.763
Prejuízo líquido do semestre		–	–	–	–	–	(223.644)	(223.644)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		2.012.810	(55.105)	–	–	(5.010)	(1.217.950)	734.745
Mutações do semestre		–	–	–	–	13.763	(223.644)	(209.881)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil, anterior Banco Industrial e Comercial S.A. - BICBANCO, (“Companhia”) constituído em 29 de dezembro de 1938 e autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e câmbio.

Por meio de empresas controladas atua nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários e administração de cartões de crédito e possui participação de 50% em uma *Joint Venture* destinada a operações no mercado de *Factoring* e *Forfaiting*.

Em 29 de agosto de 2014, foi concluída a transferência do controle acionário, para a CCB Brazil Financial Holding - Investimentos e Participações Ltda (CCB Holding) (“Controlador”), subsidiária do China Construction Bank, das ações representativas do controle acionário do CCB Brasil e suas subsidiárias.

Em 01 de setembro de 2014, foram eleitos três representantes para o Conselho de Administração do CCB Brasil e cinco novos membros para Diretoria Executiva. A homologação do Banco Central do Brasil ocorreu em 23 de março de 2015 e os novos membros tomaram posse em 26 de maio de 2015. A gestão do CCB Brasil está sendo comandada pelos novos membros nomeados pelo Controlador e exercida de forma compartilhada pelos membros remanescentes da Administração anterior, sendo dois integrantes do Conselho de Administração e quatro Diretores Estatutários, todos na condição de administradores independentes.

A partir da transferência do controle acionário as operações do CCB Brasil passaram a ser conduzidas no contexto operacional de seu novo Controlador, e incluíram a consistência das políticas internas, estimativas contábeis, o alinhamento das práticas operacionais e o revigoramento e equacionamento do custo de captação - por meio da obtenção de uma linha de crédito junto ao controlador na ordem de US\$ 2 bilhões. Buscam, ainda, o reposicionamento do resultado da intermediação financeira com vistas a retomada de resultados operacionais positivos, a obtenção de resultados tributáveis em níveis suficientes à realização do estoque de créditos tributários, o cumprimento dos limites operacionais mínimos de capitalização por meio da emissão de instrumentos assemelhados a capital e a capitalização direta do Banco.

No contexto do cumprimento dos limites operacionais situam-se: (a) a emissão de títulos no exterior, em 30 de setembro de 2015, no montante de US\$ 100 milhões elegíveis a Dívida Subordinada para compor o Patrimônio de Referência nível II (Tier II), e (b) a aprovação pelos administradores do controlador final do CCB Brasil de um plano de capitalização, que encontra-se em processo de aprovação pelo China Banking Regulatory Commission - CBRC, visando aumento de capital do CCB Brasil no montante equivalente a US\$ 200 milhões. O objetivo dessa capitalização é a viabilização do plano de negócios e a recomposição dos níveis de capital regulatório, restabelecendo-se assim o capital nível I exigido pela regulamentação vigente. O processo de aprovação pela CBRC e a posterior homologação pelo BACEN são esperados para até o final do 1º semestre de 2016.

Essas ações visam suprir as necessidades vindouras de capital, tais como determinadas pelo BACEN para alinhamento aos requerimentos de Basileia III e possibilitar a retomada do volume de operações comerciais do Banco e suas subsidiárias e correspondem ao compromisso assumido pelo novo Controlador em seu Plano de Negócios para instalação e funcionamento no Brasil, o qual repousa sobre a premissa básica da manutenção de adequada capitalização da instituição financeira. Além das ações mencionadas acima, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram captados junto ao controlador no exterior o montante de US\$ 900 milhões, da linha de crédito aprovada de US\$ 2 bilhões, conforme apresentado na nota explicativa nº 20.

As premissas citadas, que incluem: crescimento vigoroso da carteira de crédito nas operações com empresas chinesas, retomada das operações com moedas estrangeiras voltadas ao financiamento do comércio exterior, concentração de maiores esforços nos processos voltados a recuperações de créditos e incentivo a obtenção de receitas através de operações que não exponham a riscos, fundamentam o Estudo Técnico de Realização de Crédito Tributário, devidamente aprovado pelos colegiados da diretoria e do conselho de administração, pelo qual evidencia-se a capacidade de geração de lucros tributáveis futuros, ao longo dos próximos anos, em volume suficiente à realização do estoque de créditos a compensar considerando as alíquotas vigentes em cada período.

Em 30 de setembro de 2015, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, para aprovar a alteração da denominação do Banco Industrial e Comercial S.A. - BICBANCO para China Construction Bank (Brasil) - Banco Múltiplo S.A - CCB Brasil e padronizar a Razão Social das demais empresas. O BACEN homologou a alteração da razão social em 29 de outubro de 2015, sendo que em 16 de novembro de 2015 foi registrada pela JUCESP.

A CCB Holding em 01 de setembro de 2014 submeteu a apreciação e aprovação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pedido de registro de oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão do CCB Brasil detidas pelos acionistas minoritários, com vistas a futuro cancelamento de seu registro de Companhia aberta. Em 29 de setembro de 2015, foi realizado o leilão de oferta pública

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

unificada para aquisição de até a totalidade das ações ordinárias e preferenciais da Companhia. Como resultado do Leilão, o CCB Brazil Financial Holding - Investimentos e Participações Ltda. ("Ofertante") adquiriu 2.150.605 ações ordinárias de emissão da Companhia, equivalentes a aproximadamente 1,3% das ações ordinárias de emissão da Companhia e 0,9% do capital social total da Companhia; e 52.704.417 ações preferenciais de emissão da Companhia, equivalentes a 56,9% das ações preferenciais de emissão da Companhia e 20,8% do capital social total da Companhia. A liquidação das aquisições realizadas no leilão ocorreu em 1º de outubro de 2015.

Em 19 de outubro de 2015, a CVM aprovou o cancelamento do registro de emissor de valores mobiliários categoria "A" da Companhia, deste modo, a instituição passa a ser uma companhia de capital fechado e as ações de sua emissão deixaram de ser listadas para negociação na BM&FBOVESPA e em qualquer outro mercado organizado.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A - CCB Brasil incluída a dependência no exterior, e as demonstrações financeiras consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo - CCB Brasil e suas controladas, os fundos de investimentos em direitos creditórios - FIDC's, foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, quando não conflitante com as normas do BACEN.

Desde 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emite pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o CCB Brasil, na elaboração das suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, adotou os seguintes pronunciamentos, já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08;
- b) CPC 03 - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08;
- c) CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09;
- d) CPC 10 - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/11;
- e) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09;
- f) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/11;
- g) CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11;
- h) CPC Pronunciamento Conceitual Básico - Resolução CMN nº 4.144/12; e
- i) CPC 33 - Benefícios a empregados - Resolução CMN nº 4.424/15.

O estudo técnico para realização do crédito tributário e as demonstrações financeiras foram concluídas pela administração e aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em reunião de 29 de março de 2016.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o CCB Brasil MÚLTIPLO (e as empresas controladas conforme quadro abaixo), os FIDC's e foram elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404/76, e alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e normas do CMN, quando aplicável, apresentando as operações de arrendamento mercantil pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual antecipado.

Os saldos patrimoniais e os resultados originados de transações entre as empresas foram eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Participação	%
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	100
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100
CCB Brasil Informática S.A.	100
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	100
CCB Brasil Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos.	100
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda.	100
CCB Brasil Cobrança Ltda.	100

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

b.1) Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC's

Os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios Aberto e Corporativo II foram liquidados em 17 de abril e 04 de agosto de 2015, respectivamente.

Em conformidade com as normas da CVM, na condição de originador de recebíveis cedidos ao FIDC, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo II e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Aberto, foram consolidadas as informações contábeis dos referidos FIDC's em dezembro de 2014.

Os FIDC's acima mencionados foram constituídos na forma da instrução CVM nº 393/03, com a característica de condomínio fechado, oriundo de operações de empréstimos e com prazos de duração indeterminados, tendo o CCB Brasil subscrito a totalidade das cotas subordinadas, sendo que as cotas seniores foram subscritas por investidores qualificados.

Os FIDC's do CCB Brasil apresentavam a seguinte posição patrimonial consolidada em 31 de dezembro de 2014:

	Dezembro/14
Ativo	
Disponibilidades	16
Aplicações interfinanceiras de liquidez	22.349
Títulos públicos federais	41.798
Direitos creditórios	47.351
(-) Provisão para devedores duvidosos	(7.068)
(-) Provisão para outros créditos	(1.127)
Outros Valores	3
Total do Ativo	103.322
Passivo	
Obrigações	118
Patrimônio Líquido	103.204
Cotas seniores	28.209
Cotas subordinadas	74.995
Total do Passivo	103.322

b.2) Investimento em empreendimento controlado em conjunto (Joint Venture) - BRASILFactors

O CCB Brasil, em 25 de abril de 2011, assumiu participação de 40% no capital da BRASILFactors S.A., uma *joint venture*, que tem como demais acionistas o FIMBank PLC (40%) e o International Finance Corporation - IFC (20%). No primeiro trimestre de 2015, o CCB Brasil e o FIMBANK alteraram o percentual de participação no capital da BRASILFactors S.A para 50%, o controle permanece compartilhado. A BRASILFactors não faz parte do Consolidado CCB Brasil, permanecendo como investimento.

As atividades principais da empresa são voltadas aos serviços de *factoring* e *forfeiting*, compreendendo a aquisição de recebíveis do mercado doméstico e internacional, tendo por mercado alvo as empresas pequenas e médias.

b.3) Balanço das controladas diretas

	Dezembro/15					
	CCB Brasil DTVM	CCB Brasil Leasing (*)	CCB Brasil Financeira	CCB Brasil Cartões	Outras	Total
Ativo Total	20.169	280.137	1.290.610	42.047	37.600	1.670.563
Circulante e realizável a longo prazo	20.169	280.137	1.289.396	42.047	37.513	1.669.262
Disponibilidades	22	488	1.041	8.713	842	11.106
Aplicações interfinanceiras	-	127.987	52.042	-	-	180.029
Títulos e valores mobiliários	19.653	9.291	6.272	23.656	31.540	90.412
Operações de crédito	-	-	640.558	-	926	641.484
Operação de arrendamento mercantil	-	104.401	-	-	-	104.401
Outros créditos	494	31.707	558.668	9.678	4.191	604.738
Outros valores e bens	-	6.263	30.815	-	14	37.092
Ativo permanente	-	-	1.214	-	87	1.301

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

	Dezembro/15					
	CCB Brasil DTVM	CCB Brasil Leasing (*)	CCB Brasil Financeira	CCB Brasil Cartões	Outras	Total
Passivo Total	20.169	280.137	1.290.610	42.047	37.600	1.670.563
Circulante e exigível a longo prazo	2.001	51.660	1.159.831	30.954	32.530	1.276.976
Depósitos	–	–	1.137.969	–	–	1.137.969
Recursos de aceites cambiais e debêntures	–	–	241	–	–	241
Obrigações por empréstimos e repasses	–	–	–	–	29.219	29.219
Outras obrigações	2.001	51.660	21.621	30.954	3.311	109.547
Patrimônio líquido - Capital social e reservas	16.921	214.455	134.806	8.241	5.794	380.217
Resultado do exercício	1.247	14.022	(4.027)	2.852	(724)	13.370

(*) As operações de arrendamento mercantil estão sendo apresentados pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual antecipado (nota 2b). As demais controladas estão de acordo com suas demonstrações individuais.

	Dezembro/14					
	CCB Brasil DTVM	CCB Brasil Leasing(*)	CCB Brasil Financeira	CCB Brasil Cartões	Outras	Total
Ativo Total	18.666	471.156	1.189.445	34.763	21.447	1.735.477
Circulante e realizável a longo prazo	18.666	471.156	1.187.413	34.763	21.356	1.733.354
Disponibilidades	12	509	1.151	2.025	68	3.765
Aplicações interfinanceiras	–	127.106	4.702	–	–	131.808
Títulos e valores mobiliários	18.204	88.675	14.598	23.069	16.643	161.189
Operações de crédito	–	–	612.313	–	2.851	615.164
Operação de arrendamento mercantil	–	211.508	–	–	–	211.508
Outros créditos	450	39.407	520.066	9.669	1.776	571.368
Outros valores e bens	–	3.951	34.583	–	18	38.552
Ativo permanente	–	–	2.032	–	91	2.123
Passivo Total	18.666	471.156	1.189.445	34.763	21.447	1.735.477
Circulante e exigível a longo prazo	1.745	256.701	1.054.605	26.521	16.694	1.356.266
Depósitos	–	189.217	1.033.185	–	–	1.222.402
Recursos de aceites cambiais e debêntures	–	–	209	–	–	209
Obrigações por empréstimos e repasses	–	–	–	–	15.877	15.877
Outras obrigações	1.745	67.484	21.211	26.521	817	117.778
Patrimônio líquido - Capital social e reservas	15.892	219.291	127.364	7.332	5.411	375.290
Resultado do exercício	1.029	(4.836)	7.476	910	(658)	3.921

(*) As operações de arrendamento mercantil estão sendo apresentados pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual antecipado (nota 2b). As demais controladas estão de acordo com suas demonstrações individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

b.4) Reconciliação do lucro e do patrimônio líquido do CCB Brasil MÚLTIPLO x CCB Brasil CONSOLIDADO

	Dezembro/15	Dezembro/14
Resultado do exercício (múltiplo)	(491.814)	(734.785)
MTM de títulos e valores mobiliários de controladas	268	(381)
Outros	—	8
Resultado do exercício (consolidado)	(491.546)	(735.158)

	Dezembro/15	Dezembro/14
Patrimônio líquido do exercício (múltiplo)	734.745	1.219.983
MTM de títulos e valores mobiliários de controladas	(543)	(381)
MTM de títulos e valores mobiliários de controladas - período anterior	267	(162)
Outros	—	8
Patrimônio líquido do exercício (consolidado)	734.469	1.219.448

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Resultado das operações

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos, inclusive ágio na aquisição de investimentos, e a avaliação dos instrumentos financeiros e derivativos.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O CCB Brasil revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Real, moeda funcional e de apresentação do CCB Brasil.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.

Para a agência no exterior, por se tratar na essência de uma extensão das atividades do Brasil, os ativos, os passivos e os resultados, são adaptados às práticas contábeis utilizadas pelo CCB Brasil e foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. O resultado da variação cambial é registrado nas contas contábeis que as originaram na demonstração do resultado.

d) Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

e) Ativo circulante e realizável a longo prazo

e.1) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e.2) Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

- **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

- **Títulos disponíveis para venda** - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e.3) Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período.

e.4) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração.

A partir de Setembro de 2014, objetivando alinhar a política interna de classificação de clientes e atribuição de *ratings*, mantida fundamentação na Resolução nº 2.682/99 do BACEN, para alinhamento às práticas do novo controlador, a provisão de créditos de liquidação duvidosa passou a considerar os seguintes aspectos julgados relevantes:

a) maior destaque à ponderação do resultado da avaliação da situação financeira das empresas, com prevalência sobre outros fatores tomados em consideração na análise dos riscos; b) revisão da importância atribuída para garantias vinculadas, quando provocam melhoras de *ratings* de clientes; c) revisão dos prazos mínimos para deterioração de *ratings*, quando decorrentes de atrasos nos pagamentos; d) redução do limite referencial para que operações em atraso provoquem a redução do *rating* de todo o grupo econômico; e) reclassificação imediata para maior nível de risco, das operações com empresas que declarem situação de recuperação judicial em qualquer fase do uso daquele instituto. Por fim, a administração entendeu necessário reposicionar os principais elementos considerados na análise econômica de seus clientes e assim adotar esses preceitos no cálculo das provisões para perdas em operações de crédito, respeitadas as condições mínimas requeridas pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 06 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela referida Resolução, conforme demonstrado na nota 9c - Composição da provisão por níveis de risco.

e.5) Bens não de uso

Os bens não de uso próprio são registrados com base em laudos de avaliação elaborados por empresas especializadas. A data base deste registro é a do efetivo recebimento do bem e, conseqüentemente, da liquidação da operação. Os lucros ou prejuízos apurados nas vendas são reconhecidos no resultado do período. Os bens não de uso próprio estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou quando há indicação de desvalorização.

e.6) Outros valores e bens

Referem-se substancialmente às despesas pagas antecipadamente, diferidas por conta da obtenção de benefícios pelo valor pago durante mais de um exercício, compostas por despesas com captações de recursos no exterior e comissões pagas a correspondentes bancários, por conta da originação de operações de empréstimos e financiamentos, as quais serão reconhecidas em despesas efetivas, segundo o prazo das operações contratadas, ou quando da baixa da operação em decorrência de pré-pagamento ou baixa para perda.

e.7) Demais ativos financeiros, circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor líquido de realização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

f) Permanente

- f.1)** Os investimentos em controladas, nas demonstrações financeiras individuais, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O ágio apurado na aquisição de investimento, decorrente de expectativa de rentabilidade futura, é amortizado pelo montante equivalente ao resultado auferido pela empresa adquirida.
- f.2)** O imobilizado de uso, demonstrado ao custo de aquisição, é depreciado linearmente com base em taxas anuais em função da expectativa da vida útil estimada dos bens, como segue: imóveis: 04%; móveis, utensílios, sistemas de comunicações e instalações: 10%; e, sistema de processamento de dados e veículos: 20%.
- f.3)** No ativo intangível, estão registrados os valores relativos a softwares, demonstrado ao custo, que é amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano.
- f.4)** O ativo diferido é composto por gastos com aquisição e desenvolvimento logiciais incorridos até 31 de dezembro 2008 e benfeitorias em imóveis de terceiros, relativos à instalação e manutenção de agências, com amortização à taxa anual de 20% ou pelos prazos dos contratos de locação. De acordo com a Resolução nº 3.617/08 do BACEN estes gastos não poderão mais ser diferidos e o saldo remanescente deverá ser mantido até a sua efetiva baixa.

g) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata”) e cambiais auferidas.

O imposto de renda e a contribuição social são registrados na rubrica “Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias”, e são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social até agosto de 2015 e, a partir de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, 20%, conforme a Lei nº 13.169/15. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão registrados na rubrica “Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias”, e os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais estão registrados em “Outros Créditos - Diversos”.

h) Contingências e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução do CMN nº 3.823/09.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa (nota 24). O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável.

Passivos contingentes: são reconhecidos contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa (nota 24).

Obrigações legais: estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

i) Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessão de crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.533/08 do BACEN, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e, (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer.

- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com *swap* de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador.

- **Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

j) Demonstrações de valor adicionado

O CCB Brasil elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do Pronunciamento Técnico - CPC 09, as quais são apresentadas como informações adicionais às demonstrações financeiras.

4. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Disponibilidades

	CCB Brasil MÚLTIPLO		CCB Brasil CONSOLIDADO	
	Dezembro/15	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/14
Caixa	1.073	1.606	1.073	1.606
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras (*)	391.526	172.088	392.445	173.492
Total	392.599	173.694	393.518	175.098

(*) Do total dos depósitos no exterior em moedas estrangeiras, o montante de R\$ 248.104 (Dezembro/14 - R\$ 83.824) é remunerado à taxa média de 0,06% a.a. (Dezembro/14 - 0,07% a.a.).

b) Aplicações no mercado aberto

Vencimento	CCB Brasil MÚLTIPLO		CCB Brasil CONSOLIDADO	
	Dezembro/15	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/14
Até 30 dias	-	200	-	22.843
Total	-	200	-	22.843

c) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Vencimento	CCB Brasil MÚLTIPLO		CCB Brasil CONSOLIDADO	
	Dezembro/15	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/14
Até 30 dias	32.821	239.376	2.541	10.301
De 31 a 90 dias	115.894	253.521	16.743	85.847
De 91 a 360 dias	348.793	451.077	1.048	19.212
Acima de 360 dias	660.793	396.929	-	3.142
Total	1.158.301	1.340.903	20.332	118.502

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

d) Aplicações em moedas estrangeiras

CCB Brasil MÚLTIPLO E CONSOLIDADO		
Vencimento	Dezembro/15	Dezembro/14
Até 30 dias	330.614	39.201
Total	330.614	39.201

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Política de atuação

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral. Para os títulos mantidos até o vencimento a Administração declara a intenção e capacidade financeira para manutenção até o vencimento.

b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria

CCB Brasil CONSOLIDADO MÚLTIPLO								
	Sem venci- mento	Até 90 dias	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado	Total contábil
Títulos para negociação	1.861	–	–	3.307.610	3.309.471	3.307.294	3.309.471	3.309.471
Carteira própria	1.861	–	–	1.383.690	1.385.551	1.383.630	1.385.551	1.385.551
Letras Financeiras Tesouro	–	–	–	1.383.659	1.383.659	1.383.599	1.383.659	1.383.659
Notas do Tesouro Nacional - C	–	–	–	31	31	30	31	31
Carteira de renda variável	1.861	–	–	–	1.861	1	1.861	1.861
Vinculados a operações compromissadas	–	–	–	1.645.069	1.645.069	1.644.849	1.645.069	1.645.069
Letras Financeiras Tesouro	–	–	–	1.645.069	1.645.069	1.644.849	1.645.069	1.645.069
Vinculados a prestação de garantias (*)	–	–	–	278.851	278.851	278.815	278.851	278.851
Letras Financeiras Tesouro	–	–	–	278.851	278.851	278.815	278.851	278.851
Títulos disponíveis para venda	–	–	396.746	152.608	549.354	558.465	549.354	543.083
Carteira própria	–	–	396.746	93.842	490.588	497.399	490.588	490.588
Notas do Tesouro Nacional - B	–	–	396.746	93.842	490.588	497.399	490.588	490.588
Vinculados a compromissadas	–	–	–	52.495	52.495	54.795	52.495	52.495
Notas do Tesouro Nacional - B	–	–	–	52.495	52.495	54.795	52.495	52.495
Vinculados a prestação de garantias (*)	–	–	–	6.271	6.271	6.271	6.271	–
Letras Financeiras Tesouro	–	–	–	6.271	6.271	6.271	6.271	–
Títulos mantidos até o vencimento	–	–	86.360	103.293	189.653	189.653	188.310	189.653
Carteira própria	–	–	86.360	103.293	189.653	189.653	188.310	189.653
Notas do Tesouro Nacional - B	–	–	86.360	–	86.360	86.360	85.017	86.360
Cotas - FIDC	–	–	–	103.293	103.293	103.293	103.293	103.293
Total Dezembro/15	1.861	–	483.106	3.563.511	4.048.478	4.055.412	4.047.135	4.042.207
Total Dezembro/14	17.067	58	77.270	3.538.261	3.632.656	3.640.926	3.617.939	3.621.775

(*) Total de operações vinculadas à prestação de garantias R\$ 285.122 (Dezembro/14 - R\$ 154.105) sendo que o montante de R\$ 155.305 (Dezembro/14 - R\$ 132.109) refere-se à margem depositada em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, conforme nota 6b.7.

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN, e os títulos privados na CETIP S.A. As ações estão registradas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC). As cotas de FIDC são custodiadas nas instituições custodiantes nomeadas pelo Administrador dos Fundos.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários, divulgados pela ANBIMA na data de balanço.

As ações que compõem a carteira de renda variável foram ajustadas com base na cotação média de negociação no último dia útil ou na ausência deste, na última cotação disponível. Os demais títulos no país foram ajustados a valor de mercado com base nas taxas referenciais da BM&FBOVESPA e, o valor das cotas de fundos de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo administrador.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

c) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por indexador

CCB Brasil CONSOLIDADO				
Dezembro/15				
Título	Selic	IPCA	Outros	Total
Ações	–	–	1.861	1.861
Fundos	–	–	103.293	103.293
L.F.T	3.313.850	–	–	3.313.850
N.T.N-B	–	629.443	–	629.443
N.T.N-C	–	–	31	31
Total	3.313.850	629.443	105.185	4.048.478

CCB Brasil CONSOLIDADO					
Dezembro/14					
Título	Dólar	Selic	IPCA	Outros	Total
Ações	–	–	–	1.615	1.615
Fundos	15.452	–	–	59.111	74.563
Eurobonds	14.558	–	–	–	14.558
L.F.T	–	2.409.980	–	–	2.409.980
N.T.N-B	–	–	1.131.912	–	1.131.912
N.T.N-C	–	–	–	28	28
Total	30.010	2.409.980	1.131.912	60.754	3.632.656

6. CARTEIRA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais aproxima-se do valor que se poderia obter por meio de negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, aproxima-se do valor presente dos fluxos de caixa ajustados pela taxa de juros vigente no mercado, exceto operações de crédito e arrendamento mercantil.

As operações de crédito tiveram seus valores de mercado calculados a partir de indicadores disponíveis no mercado de acordo com a característica de cada operação.

O valor de mercado, dos depósitos interfinanceiros, dos depósitos a prazo prefixados e debêntures, foi calculado por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros das operações, com base nas taxas de juros de mercado divulgadas pela BM&FBOVESPA.

As operações passivas de títulos e valores mobiliários emitidos no exterior e as dívidas subordinadas tiveram seus valores de mercado calculados a partir dos valores divulgados e disponíveis na Bloomberg.

Os valores de mercado estimados em 31 de dezembro de 2015 foram determinados utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologia usual de apuração: avaliação do valor nominal até a data do vencimento e descontado a valor presente às taxas de mercado futuro, publicados nos boletins da BM&FBOVESPA ou outras fontes de mercado.

Estas estimativas do valor justo apresentadas não são necessariamente indicativas de valores que o CCB Brasil e suas controladas poderiam realizar no mercado. A utilização de diferentes hipóteses ou metodologias de avaliação pode divergir dos montantes estimados de valor justo ora apresentados, tendo em vista a necessidade de parcela considerável de julgamento na interpretação das informações de mercado e sua liquidez.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

Os principais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparados com os respectivos valores de mercado, estão assim apresentados:

	CCB Brasil MÚLTIPLO		CCB Brasil CONSOLIDADO	
	Dezembro/15		Dezembro/15	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	4.042.207	4.040.864	4.048.478	4.047.135
Derivativos	962.378	962.378	962.378	962.378
Operações de crédito e arrendamento mercantil	5.433.436	5.681.360	6.223.682	6.471.606
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	810.814	815.681	810.814	815.681
Depósitos a prazo	2.863.916	2.900.195	2.793.593	2.829.872
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	86.966	95.856	86.966	95.856
Derivativos	25.132	25.132	25.132	25.132
Dívidas subordinadas	1.512.133	1.697.801	1.512.133	1.697.801

	CCB Brasil MÚLTIPLO		CCB Brasil CONSOLIDADO	
	Dezembro/14		Dezembro/14	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	3.621.775	3.607.058	3.632.656	3.617.939
Derivativos	650.273	650.273	650.273	650.273
Operações de crédito e arrendamento mercantil	8.860.212	9.249.601	9.774.917	10.164.306
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	401.990	402.077	401.990	402.077
Depósitos a prazo	6.173.669	6.353.202	6.038.190	6.217.723
Derivativos	12.505	12.505	11.811	11.811
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.031.711	1.032.312	1.031.711	1.032.312
Dívidas subordinadas	1.083.971	1.217.067	1.083.971	1.217.067

b) Derivativos

b.1) Política de utilização

O CCB Brasil realiza operações de derivativos tradicionais que visam atender as necessidades dos clientes, bem como executar sua política de gestão de riscos de modo a minimizar os riscos resultantes das operações financeiras. Seu objetivo é o de obter a mitigação da exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos do conglomerado. Para cumprir essa finalidade o Banco utiliza operações de *hedge* como uma proteção do fluxo de caixa e para mitigar a variabilidade das exposições. Os derivativos negociados são adquiridos para duas funções básicas:

Trading - como instrumento para assumir posições proprietárias e de gestão de riscos dos derivativos negociados com clientes que visam administrar riscos de mercado resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos.

Hedge - para realização de *hedge* de portfólio estrutural.

Os derivativos que compõem a carteira de negociação ou *Trading Book* têm seus riscos mensurados, possuem limites e estratégias próprias que englobam todas as operações destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação. Estrategicamente os limites da Carteira *Trading* são bastante inferiores aos da carteira *Banking* e não há posicionamento direcional que venha a ser admitido além dos definidos pela Política. As operações com clientes compõem a carteira *banking* e são imediatamente avaliadas as condições de *hedge* com outra contraparte, auferindo o Banco receita somente como intermediário. Todavia, poderão ocorrer descasamentos nos casos em que a Tesouraria julgar melhor administrar sua posição

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

Trading, dentro do seu limite de VaR. O cálculo de risco para esta carteira é efetuado diariamente e reportado ao Comitê de Tesouraria. Eventuais rompimentos dos limites estabelecidos são prontamente avaliados e necessariamente originam medidas de contenção.

Para a carteira *Banking*, o Banco utiliza o *hedge* como uma estratégia defensiva que busca evitar o risco provocado pela variação de preços e taxas em determinadas posições assumidas ou futuras, mediante a compensação entre os resultados produzidos pelos itens objetos e os instrumentos financeiros utilizados na proteção. Ao evitar a perda, o *hedge* também anula a possibilidade de ganho, sendo seu objetivo econômico a transferência dos riscos inerentes às operações para outro agente com posição oposta.

O instrumento financeiro derivativo é amplamente utilizado para proteger as posições ativas e passivas, compromissos assumidos e transações futuras, tanto para variações provocadas por alterações nas taxas de juros, câmbio e preços como para garantir a realização de fluxos de caixa projetados.

Os derivativos desempenham função fundamental no gerenciamento e controle de riscos, na medida em que compatibilizam os riscos com maior eficácia. Os derivativos possibilitam o apreçamento dos itens objetos de negociação e a redistribuição dos principais riscos inerentes, propiciando a movimentação de capitais entre os diversos mercados e criando novas oportunidades de negócios como consequente aumento e diversificação de carteiras.

Os contratos de derivativos negociados com clientes, no Brasil, são de operações de *Swap* e Mercado Futuro, todas registradas na BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS ou na CETIP. Os contratos futuros de DI e dólar da BM&FBOVESPA são utilizados principalmente como instrumentos de *hedge* para mitigação do risco cambial e do investimento da Agência de Cayman e para trava de taxas de financiamentos oferecidos a clientes por prazos ou moedas descasados com os dos recursos utilizados para este fim.

b.2) Proteção das exposições cambiais

O CCB Brasil efetua operações de *Swap* e NDF para fins de *hedge* de suas obrigações com títulos emitidos no exterior com o objetivo de proteger o risco de variação cambial e cupom das operações, se resguardando das oscilações cambiais através da utilização de *hedge* econômico para essas operações.

b.3) Gerenciamento de risco

O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas. Os instrumentos financeiros derivativos representam compromissos futuros de troca de moeda ou indexador, ou compra e venda de ativos financeiros em datas e condições previamente determinadas em contrato.

O Banco adota uma política de minimização da exposição ao risco de mercado em consonância com sua principal atuação de negócios que é a concessão de crédito. O gerenciamento dos riscos é exercido diretamente pelos Comitês por meio de instrumentos devidamente testados e avaliados.

A estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior tem como objetivo não permitir impactos no resultado, decorrentes de variação cambial. Para alcançar essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por intermédio da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

b.4) Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 31 de dezembro de 2015 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros, cupom de dólar e renda variável, e visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR, Rentabilidade e Risco de Liquidez.

b.5) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Normalmente, os preços cotados em bolsa são os melhores parâmetros de valor justo dos Instrumentos Financeiros. No entanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou mesmo cotações, sendo necessária a adoção de estimativas de valor presente e outras técnicas de apreçamento. Para a obtenção destes valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- **Futuros e termo:** cotações em bolsas;
- **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da BM&FBOVESPA, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

- **Opções:** modelos estatísticos que incorporam o comportamento da volatilidade do preço do ativo objeto, as taxas de juros, o preço de exercício e o preço *spot* da mercadoria.

b.6) Registro dos valores

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do BACEN.

Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Especificamente, para o *Hedge* de Risco de Mercado, os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

O resultado das referidas operações encontra-se demonstrado na nota 30.c.

As operações em aberto em 31 de dezembro de 2015 apresentam as seguintes características:

CCB Brasil MÚLTIPLO E CONSOLIDADO						
Valor de referência						
Posição Líquida de contratos Ativos e (Passivos)						
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Total
Contratos de Swap:						
Mercado Interfinanceiro	–	39.187	(37.627)	(2.036.479)	(397.203)	(2.471.309)
Moeda Estrangeira	953.784	9.412	37.627	2.036.479	397.203	2.471.309
Subtotal	953.784	48.599	–	–	–	–
Ajuste ao Valor de Mercado	(20.011)	(24.072)	–	–	–	–
Total	933.773	24.527	–	–	–	–
Contratos de Termo/NDF:						
Compra de Termo/NDF	26.014	172	78.400	142.907	–	221.307
Venda de Termo/NDF	2.591	433	(17.110)	(64.480)	–	(81.590)
Subtotal	28.605	605	–	–	–	–
Contratos de Opções Flexíveis						
Compra de Opções Flexíveis	–	–	–	–	175.689	175.689
Total	962.378	25.132	–	–	–	–
Contratos Futuros:						
Compra - Mercado Interfinanceiro	–	–	16.242	28.651	–	44.893
Venda - Mercado Interfinanceiro	–	–	(79.417)	(233.338)	(3.831.878)	(4.144.633)
Compra IND	–	–	3.071	–	–	3.071
Compra - DDI - Cupom Cambial	–	–	9.826	23.487	–	33.313
Venda - DDI - Cupom Cambial	–	–	–	(56.963)	–	(56.963)
Venda - Moeda Estrangeira	–	–	(374.793)	–	–	(374.793)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

As operações em aberto em 31 de dezembro de 2014 apresentam as seguintes características:

CCB Brasil CONSOLIDADO						
Valor de referência						
Posição Líquida de contratos Ativos e (Passivos)						
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Total
Contratos de Swap:						
Mercado Interfinanceiro	34	2.935	43.112	(591.116)	(468.165)	(1.016.169)
Moeda Estrangeira	636.718	4.431	(53.002)	574.757	468.165	989.920
Ações BICB4 (vide nota 36.f.)	2.188	–	9.890	16.359	–	26.249
Subtotal	638.940	7.366	–	–	–	–
Ajuste ao Valor de Mercado	5.239	(461)	–	–	–	–
Total	644.179	6.905	–	–	–	–
Contratos de Termo/NDF:						
Compra de Termo/NDF	4.973	313	43.635	92.498	–	136.133
Venda de Termo/NDF	1.121	4.593	(161.794)	(4.391)	–	(166.185)
Subtotal	6.094	4.906	–	–	–	–
Total	650.273	11.811	–	–	–	–
Contratos Futuros:						
Compra - Mercado Interfinanceiro	–	–	–	–	3.495	3.495
Venda - Mercado Interfinanceiro	–	–	(179.224)	(415.901)	(2.540.767)	(3.135.892)
Compra IND	–	–	3.028	–	–	3.028
Compra - DDI - Cupom Cambial	–	–	33.174	56.578	–	89.752
Venda - DDI - Cupom Cambial	–	–	–	(28.817)	–	(28.817)
Venda - Moeda Estrangeira	–	–	(197.071)	–	–	(197.071)

As operações de “swap” encontram-se registradas na BM&FBOVESPA e na CETIP S.A.- Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de receita ou despesa. As operações de “mercado futuro” encontram-se registradas na BM&FBOVESPA, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa.

O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

CCB Brasil MÚLTIPLO E CONSOLIDADO					
		Dezembro/15		Dezembro/14	
Título	Vencimento	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
N.T.N-B	15/08/2016	–	–	132.109	132.109
L.F.T	01/03/2019	5.279	5.279	–	–
L.F.T	01/09/2020	144.998	144.998	–	–
L.F.T	01/09/2021	5.028	5.028	–	–
Total		155.305	155.305	132.109	132.109

b.7) Sensibilidade - Informações Qualitativas e Quantitativas sobre Instrumentos Financeiros Derivativos

A avaliação de sensibilidade envolve o conjunto de operações e instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais detidas com o intuito de administrar a exposição a riscos de mercado e protegê-lo, especialmente em períodos de quebra dos padrões históricos. O Comitê de Tesouraria define um conjunto de cenários que contém uma determinada combinação de preços e taxas de juros em ambiente de crise e levada à área de gestão de riscos para simulação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

Na elaboração do quadro de sensibilidade demonstrado abaixo, foram adotados os seguintes procedimentos:

(i) Cálculo, em cada um dos cenários, dos valores da carteira de negociação (*Trading Book*) e das operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio e seus respectivos *hedges* (*Banking Book*);

(ii) Para cada um dos fatores de risco, opção pela direção que trouxesse a maior perda e, sobre ele, aplicação de aumento ou redução definido;

(iii) Por fim, obtenção dos resultados das perdas relativas ao cenário hipotético em questão.

Os cenários a seguir, não necessariamente refletem a gestão de riscos de mercado do CCB Brasil e tampouco estão associados às práticas contábeis. Os modelos de estresse podem representar situações extremas e distantes do cotidiano.

Resumo das premissas para cada um dos cenários

Escolheu-se para cada carteira o sentido (acréscimo ou decréscimo) que maximiza a perda para cada fator de risco. Foram mantidos deslocamentos paralelos das curvas, ou seja, um deslocamento de + 1.000 *basis points* significa que em toda a curva futura houve um acréscimo de 10% às taxas ou preços vigentes.

Cenário 01: Situação provável, que reflete a percepção do CCB Brasil em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de 03 meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (BM&FBovespa, ANBIMA, CETIP).

Cenário 02: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30 de dezembro de 2015, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário 03: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30 de dezembro de 2015, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Carteira Trading - Premissas para fatores de Risco					
	Curva de juros (Pré)	Curva de Cupom Cambial	Dólar à Vista	Bolsa BM&FBOVESPA	Inflação
Cenário 01	deslocamento paralelo de (+) 1.000 basis points	deslocamento paralelo de (+) 1.000 basis points	alta de 10%	queda de 10%	alta de 10%
Cenário 02	deslocamento paralelo de (+) 2.500 basis points	deslocamento paralelo de (+) 2.500 basis points	alta de 25%	queda de 25%	alta de 25%
Cenário 03	deslocamento paralelo de (+) 5.000 basis points	deslocamento paralelo de (+) 5.000 basis points	alta de 50%	queda de 50%	alta de 50%

Os cenários apresentados na tabela acima referente à Carteira *Trading* refletem situação de deterioração das expectativas macroeconômicas: as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre grandes oscilações e a Bolsa Brasileira cai.

Os cenários adotados para a Carteira *Banking* encontram-se na tabela a seguir, que também reflete deterioração das expectativas macroeconômicas no sentido que maximiza a perda para cada fator de risco desta carteira. Para isso, as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre elevação, a bolsa brasileira cai, e a inflação tem elevação, o que tem reflexo nos indicadores e contratos indexados.

Carteira Banking - Premissas para fatores de Risco					
	Curva de Juros (Pré)	Curva de Cupom Cambial	Dólar à Vista	Bolsa BM&FBOVESPA	Inflação
Cenário 01	deslocamento paralelo de (+) 1.000 basis points	deslocamento paralelo de (+) 1.000 basis points	alta de 10%	queda de 10%	alta de 10%
Cenário 02	deslocamento paralelo de (+) 2.500 basis points	deslocamento paralelo de (+) 2.500 basis points	alta de 25%	queda de 25%	alta de 25%
Cenário 03	deslocamento paralelo de (+) 5.000 basis points	deslocamento paralelo de (+) 5.000 basis points	alta de 50%	queda de 50%	alta de 50%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

Os resultados das perdas constam do quadro a seguir e foram calculadas nos cenários definidos por fator de risco, para as carteiras *Trading e Banking*, em 31 de dezembro de 2015:

Carteira Trading - Resultados para os Fatores de Risco			
Fatores de Risco	Cenário 01	Cenário 02	Cenário 03
Cupom de US\$	(102)	(256)	(514)
Taxa de Juros	(702)	(1.731)	(3.382)
Ações e Índices	(307)	(767)	(1.535)
Inflação	—	—	(1)
Total	(1.111)	(2.754)	(5.432)

Carteira Banking - Resultados para os Fatores de Risco			
Fatores de Risco	Cenário 01	Cenário 02	Cenário 03
Cupom de US\$	(8.370)	(19.237)	(33.899)
Taxa de Juros	(23.482)	(50.230)	(76.163)
Ações e Índices	(187)	(468)	(937)
Inflação	(3.297)	(8.100)	(15.744)
Total	(35.336)	(78.035)	(126.743)

São fatores de riscos:

Cupom de US\$ - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar norte americano e da taxa de juros em dólares.

Taxa pré-fixada em Reais - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros denominada em Reais.

Ações e Índices - Compreendem as ações e os índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações.

Inflação - Refere-se a todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

Para efeito dos cálculos, foram adotadas as premissas de intervalo de confiança de 95%, para o cálculo do VaR e horizonte de tempo de 10 dias para saída da posição.

O Quadro de Análise de Sensibilidade tem limitações e o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxa de juros poderá não representar necessariamente um lucro ou prejuízo contábil material para o Banco. A combinação específica de preços que determina cada cenário é uma decisão arbitrária, embora possível. As correlações históricas entre os ativos não foram necessariamente respeitadas, e tampouco os cenários escolhidos foram observados no passado.

A contabilização dos instrumentos da carteira *Banking*, em sua grande maioria, segue a curva contratada, que diferem dos instrumentos financeiros derivativos da carteira *Trading* que sofrem oscilações no respectivo registro contábil em razão da marcação a mercado.

Os resultados apresentados no quadro referente à carteira *banking* podem, à primeira vista, dar a impressão de alta sensibilidade à volatilidade. Todavia, o quadro de sensibilidade apresentado não considera correlações entre os diferentes fatores de risco. Isso significa, por exemplo, que a análise desconsidera a correlação entre os fatores pré e CDI, ou seja, as perdas das taxas pré-fixadas não são compensadas pelos ganhos em CDI. Note-se que o cenário da posição *banking* poderia ter sido projetado para quaisquer sentidos que trouxessem maior perda, como, por exemplo, um aumento da taxa de juros e queda da inflação, o que contraria o senso comum.

Da mesma forma, no quadro de sensibilidade, as taxas de juros e o câmbio foram considerados não correlacionados. As limitações da análise de cenários envolvem também a marcação a mercado de todas as posições, o que contradiz a determinação do Banco em levar as operações (especialmente as de captação em moeda estrangeira) até o vencimento (*held to maturity*), isso poderá induzir o leitor a erro ao julgar que as perdas apresentadas nos cenários se materializarão, mesmo que se verifiquem as oscilações previstas nos fatores de risco.

b.8) Hedge contábil

A partir do exercício de 2015 com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira o CCB Brasil contratou operações de *Swap* (USDxCDI) registrados na CETIP, com valores, prazos e taxas similares, e classificou a estrutura como *hedge* contábil de risco de mercado. A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

Em 31 de dezembro de 2015 a estrutura de hedge contábil está representada da seguinte forma:

CCB Brasil MÚLTIPLO E CONSOLIDADO				
	Instrumento de Hedge		Objeto de Hedge	
	Valor Nominal	Ajuste a valor de mercado (*)	Valor Contábil	Ajuste a valor de mercado (*)
Hedge de captações no exterior	2.357.914	36.257	2.355.297	35.925

(*) Registrado na rubrica Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - DEPÓSITOS NO BACEN

CCB Brasil MÚLTIPLO E CONSOLIDADO		
	Dezembro/15	Dezembro/14
Compulsório sobre depósito à vista	23.327	90.016
Compulsório sobre depósito de poupança (*)	5.739	7.698
Direcionamento de micro finanças	4.243	500
Total	33.309	98.214

(*) O valor da remuneração sobre os créditos vinculados a depósitos no BACEN está divulgado na nota 29g.

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Diversificação por tipo de operação

Modalidade	CCB Brasil MÚLTIPLO		CCB Brasil CONSOLIDADO	
	Dezembro/15	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/14
Capital de giro e descontos (*)	2.313.395	4.515.826	2.313.395	4.588.339
Contas garantidas	43.360	422.214	43.360	422.214
Crédito pessoal consignado (*)	59.985	13.230	895.139	803.771
Comprar	-	7.653	-	7.653
Cheque empresarial	1.899	24.163	1.899	24.163
Financiamentos à importação	984.673	642.684	984.673	642.684
Financiamentos à exportação	226.681	514.576	226.681	514.576
Financiamentos rurais e agroindustriais	55.146	116.977	55.146	116.977
Financiamentos imobiliários e habitacionais	2.103	2.020	2.103	2.020
Financiamento de máquinas e veículos pesados	28.589	79.075	28.589	79.075
Resolução nº 3.844 - repasses	12.174	8.281	12.174	8.281
Crédito a pessoas físicas (*)	33.226	148.991	305.221	383.769
Operações de crédito vinculadas à cessão (**)	437.685	436.890	-	-
Outros	317.468	476.000	317.469	476.000
Operações de crédito	4.516.384	7.408.580	5.185.849	8.069.522
Fiança honrada	34.317	5.166	34.317	5.166
Devedores por compra de valores e bens	142.768	154.267	144.684	156.478
Títulos e créditos a receber	91.144	226.154	93.546	227.594
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (***)	648.823	1.066.045	648.823	1.066.045
Outros créditos	917.053	1.451.632	921.370	1.455.283
Operações de arrendamento mercantil	-	-	116.463	250.112
Total	5.433.436	8.860.212	6.223.682	9.774.917

(*) O CCB Brasil Consolidado está acrescido dos seguintes créditos cedidos anteriores à Resolução nº 3.533/08: FIDC na modalidade de capital de giro e descontos no valor de R\$ - (Dezembro/14 - R\$ 7.068); CCB Brasil Financeira na modalidade de crédito pessoal consignado no valor de R\$ 397.469 (Dezembro/14 - R\$ 395.445) e crédito a pessoa física no valor de R\$ 271.995 (Dezembro/14 - R\$ 234.778). Também foram acrescidos, na modalidade capital de giro e desconto, os créditos da BrasilFactors no valor de R\$ - (Dezembro/14 - R\$ 2.922) e os créditos do FIDC da BrasilFactors no valor de R\$ - (Dezembro/14 - R\$ 20.729) totalizando R\$ 669.464 (Dezembro/14 - R\$ 662.381).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

(**) No CCB Brasil Consolidado as operações de crédito vinculadas à cessão - Resolução nº 3.533/08 foram distribuídas de acordo com as modalidades que originaram os créditos, conforme segue: FIDC nas modalidades de capital de giro e descontos, no valor de R\$ - (Dezembro/14 - R\$ 41.794); CCB Brasil Financeira na modalidade de crédito pessoal consignado no valor de R\$ 437.685 (Dezembro/14 - R\$ 395.096), totalizando R\$ 437.685 (Dezembro/14 - R\$ 436.890).

(***) As operações de adiantamentos sobre contrato de câmbio estão registradas no balanço na rubrica "Outras Obrigações - Carteira de câmbio", acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos, que se encontram na rubrica "Outros Créditos - Carteira de câmbio". Para fins de apresentação desta nota, os dois valores estão apresentados como "Outros créditos".

b) Diversificação por setor de atividade

	CCB Brasil MÚLTIPLO		CCB Brasil CONSOLIDADO	
	Dezembro/15	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/14
Setor Público	92.864	175.544	92.864	175.544
Federal	47.747	-	47.747	-
Estadual	43.645	173.140	43.645	173.140
Municipal	1.472	2.404	1.472	2.404
Setor Privado	4.738.239	8.078.175	4.849.002	8.350.171
Agronegócio	245.667	270.494	246.196	277.052
Indústria	2.694.997	3.848.924	2.738.713	3.985.176
- Construção civil - empreiteiras	396.876	743.932	410.287	771.069
- Usina de açúcar e álcool	352.216	604.842	362.561	621.412
- Incorporadoras	327.061	442.511	331.394	450.221
- Produção de farinha, massa, bolos e biscoitos	76.279	153.474	76.995	154.486
- Abate de animais e indústrias de carne	104.219	125.593	104.477	129.375
- Indústria química e petroquímica	71.183	195.787	77.956	204.321
- Produção metalúrgica e mecânica	100.057	205.893	101.785	209.156
- Produção de eletroeletrônicos	33.649	58.683	33.649	62.051
- Produção de papel e celulose	81.402	236.397	83.173	239.135
- Produção de adubos, fertilizantes e inseticidas	56.804	140.010	56.804	141.761
- Indústria de bebidas em geral	134.405	126.304	134.710	127.042
- Indústria de materiais para construção	82.697	97.167	84.338	99.703
- Produção de canos e artefatos de ferro	90.852	112.237	90.852	117.348
- Produção de veículos, carrocerias e outros	66.831	103.798	67.030	108.488
- Produção de embalagens plásticas	43.723	60.251	44.569	66.597
- Produção de fios e tecidos	45.841	56.936	45.841	56.936
- Produção de calçados e artigos de couro	86.889	95.719	87.340	96.199
- Indústria de fumo	65.858	24.954	65.858	24.954
- Extração vegetal e mineral	364.917	32.216	364.917	47.044
- Serviços de artes gráficas	8.010	21.158	8.010	21.183
- Indústria de confecções	54.672	79.824	54.672	79.824
- Produção de móveis	5.349	17.711	5.394	18.943
- Outros	45.207	113.527	46.101	137.928
Comércio	730.785	1.368.372	738.839	1.395.866
- Supermercados e atacadistas	252.438	330.129	252.508	339.793
- Concessionárias e comércio de veículos	93.074	174.560	93.074	175.551
- Comércio de outros produtos químicos	47.659	77.754	47.665	77.754
- Comércio de produtos agropecuários	2.139	72.043	2.139	72.043
- Comércio de medicamentos	21.730	52.043	21.730	52.043
- Comércio de eletroeletrônicos	64.762	151.466	64.762	151.537
- Comércio de roupas e tecidos	24.497	29.526	24.497	29.526
- Comércio de máquinas e equipamentos	26.251	109.161	26.944	110.400
- Empresas - <i>trading companies</i>	35.920	76.013	35.920	76.013
- Comércio de derivados de petróleo	19.412	65.938	25.239	74.519
- Comércio de móveis e artigos para decoração	14.995	90.996	14.995	90.996
- Comércio de produtos metalúrgicos	10.846	-	10.846	594

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

	CCB Brasil MÚLTIPLO		CCB Brasil CONSOLIDADO	
	Dezembro/15	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/14
- Comércio de materiais para construção	23.778	42.547	23.778	42.755
- Comércio de livros, revistas e jornais	1.007	1.695	1.007	1.695
- Importação e exportação de produtos alimentícios	1.972	17.111	1.972	17.111
- Comércio de calçados e artigos de couro	-	82	-	82
- Comércio de armarinhos em geral	422	45	422	45
- Outros	89.883	77.263	91.341	83.409
Intermediários financeiros	22.950	67.001	22.950	67.216
Outros serviços	1.043.840	2.523.384	1.102.304	2.624.861
- Serviços médicos e odontológicos	79.245	183.352	83.803	189.261
- Serviços técnicos e profissionais	162.062	276.057	165.254	288.863
- Transportes de passageiros e cargas	214.199	343.797	226.268	365.352
- Empresas - holdings em geral	97.170	502.245	97.719	503.761
- Serviços de utilidade pública	48.583	130.237	51.100	135.687
- Serviços de locação em geral	95.175	112.659	104.392	137.205
- Distribuição de energia	38.826	115.473	38.826	115.473
- Ensino de 1º, 2º grau e superior	10.316	46.289	10.896	49.140
- Serviços de comunicação e diversão	15.619	39.127	19.311	44.555
- Serviços de reparação, manutenção e instalação	23.785	85.876	23.785	85.876
- Associações desportivas	12.552	47.558	12.552	47.558
- Associações e sindicatos	27.490	9.940	27.490	10.026
- Serviços de armazenagem	18.871	30.112	18.871	30.112
- Serviços de limpeza, conservação e vigilância	19.858	22.786	19.858	24.850
- Serviços de hospedagem	344	5.122	368	5.202
- Cooperativas de produção	13.724	21.985	13.724	21.985
- Serviços metalúrgicos	6.494	34.976	6.494	35.493
- Serviços de telefonia	1.526	19.010	1.546	19.010
- Administração de cartões	16.161	13.929	16.159	13.929
- Serviço de processamento de dados	-	1.224	-	1.224
- Outros	141.840	481.630	163.888	500.299
Pessoas físicas (*)	602.333	606.493	1.281.816	1.249.202
Total	5.433.436	8.860.212	6.223.682	9.774.917

(*) As operações de crédito pessoal e consignado cedidas (nota 8h1) tiveram como destino a CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos, empresa controlada do CCB Brasil, que concentra as operações às pessoas físicas.

c) Diversificação por prazos - por parcela

	CCB Brasil MÚLTIPLO				CCB Brasil CONSOLIDADO			
	Dezembro/15	%	Dezembro/14	%	Dezembro/15	%	Dezembro/14	%
Setor Público								
Até 03 meses	29.494	0,54	33.107	0,37	29.494	0,47	33.107	0,34
De 03 meses até 01 ano	40.864	0,75	97.701	1,10	40.864	0,66	97.701	1,00
Acima de 01 ano	22.506	0,41	44.599	0,50	22.506	0,37	44.599	0,46
Vencidos a partir de 15 dias	-	-	137	-	-	-	137	-
Setor Privado								
Até 03 meses	1.272.271	23,42	2.879.803	32,50	1.375.715	22,10	3.003.567	30,73
De 03 meses até 01 ano	1.856.567	34,17	3.156.630	35,63	2.099.116	33,73	3.433.290	35,12
Acima de 01 ano	1.969.945	36,26	2.225.065	25,12	2.397.553	38,52	2.706.916	27,69
Vencidos a partir de 15 dias	241.789	4,45	423.170	4,78	258.434	4,15	455.600	4,66
Total	5.433.436	100,00	8.860.212	100,00	6.223.682	100,00	9.774.917	100,00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

d) Diversificação por indexador

CCB Brasil CONSOLIDADO						
Dezembro/15						
Tipo de Operação	Prefixado	CDI	TR/TBF	Dólar	Outros (*)	Total
Operações de Crédito	1.467.548	2.657.249	14.950	1.645.670	49.255	5.834.672
Arrendamento Mercantil	17.598	98.865	–	–	–	116.463
Outros	183.617	33.979	–	–	54.951	272.547
Total	1.668.763	2.790.093	14.950	1.645.670	104.206	6.223.682

(*) Composto principalmente por operações sujeitas aos indexadores - TJLP e IGPM.

CCB Brasil CONSOLIDADO						
Dezembro/14						
Tipo de Operação	Prefixado	CDI	TR/TBF	Dólar	Outros (*)	Total
Operações de Crédito	1.848.741	5.485.082	80.021	1.717.010	4.713	9.135.567
Arrendamento Mercantil	18.602	231.510	–	–	–	250.112
Outros	278.551	88.655	169	–	21.863	389.238
Total	2.145.894	5.805.247	80.190	1.717.010	26.576	9.774.917

(*) Composto principalmente por operações sujeitas aos indexadores - TJLP e IGPM.

e) Distribuição geográfica

CCB Brasil CONSOLIDADO					
	Dezembro/15		Dezembro/14		
	R\$	%	R\$	%	
Região norte	16.753	0,27	49.135	0,50	
Região nordeste	929.498	14,93	1.683.413	17,22	
Região sudeste	3.167.245	50,89	4.848.969	49,61	
Região centro-oeste	487.352	7,83	1.162.032	11,89	
Região sul	803.409	12,91	1.541.028	15,77	
Exterior	819.425	13,17	490.340	5,01	
Total	6.223.682	100,00	9.774.917	100,00	

f) Níveis de concentração de risco

CCB Brasil CONSOLIDADO					
	Dezembro/15		Dezembro/14		
	R\$	%	R\$	%	
Maior devedor individual	195.880	3,15	222.248	2,27	
10 Maiores devedores	997.040	16,02	1.141.011	11,67	
20 Maiores devedores	1.472.618	23,66	1.635.434	16,73	
50 Maiores devedores	2.348.272	37,73	2.702.376	27,65	
100 Maiores devedores	3.110.344	49,98	3.837.064	39,25	
Maior devedor grupo econômico	195.880	3,15	319.615	3,27	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

g) Distribuição dos prazos por carteira - por parcela

g.1) Vencimentos carteira comercial

	CCB Brasil CONSOLIDADO			
	Dezembro/15		Dezembro/14	
	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	721.727	20,81	2.098.886	31,10
De 03 meses a 01 ano	1.203.839	34,71	2.157.186	31,97
Acima de 01 ano	1.299.043	37,45	2.103.233	31,17
Vencidos a partir de 15 dias	243.757	7,03	388.537	5,76
Total	3.468.366	100,00	6.747.842	100,00

g.2) Vencimentos trade finance

	CCB Brasil CONSOLIDADO			
	Dezembro/15		Dezembro/14	
	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	590.599	31,74	853.863	38,41
De 03 meses a 01 ano	699.717	37,62	1.154.195	51,91
Acima de 01 ano	564.728	30,36	157.702	7,09
Vencidos a partir de 15 dias	5.133	0,28	57.545	2,59
Total	1.860.177	100,00	2.223.305	100,00

g.3) Vencimentos crédito pessoal consignado

	CCB Brasil CONSOLIDADO			
	Dezembro/15		Dezembro/14	
	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	92.883	10,38	83.925	10,44
De 03 meses a 01 ano	236.424	26,41	219.610	27,32
Acima de 01 ano	556.288	62,14	490.580	61,03
Vencidos a partir de 15 dias	9.544	1,07	9.655	1,21
Total	895.139	100,00	803.770	100,00

h) Cessão de crédito

h.1) Cessão de crédito interbancário

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o CCB Brasil realizou operações de cessão de crédito consignado com a sua controlada, CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos. Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3.533/08, que determinou novos critérios para reconhecimento contábil e classificação das operações de cessão de crédito, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012, as referidas cessões foram classificadas na categoria de "operações com retenção substancial de risco e benefícios" pelo valor presente de R\$ 263.575 (Dezembro/14 - R\$ 208.372), e o valor registrado como obrigações por operações vinculadas a cessão é de R\$ 287.303 (Dezembro/14 - R\$ 201.749). O resultado no montante de R\$ 23.728 (Dezembro/14 - R\$ 37.072), será reconhecido na cedente "pro rata temporis" pelo prazo de cada contrato cedido. As cessões estão sujeitas à aplicação da Resolução nº 2.682/99, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o CCB Brasil realizou operações de cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios no valor de R\$ 9.927 com o Itaú Unibanco S/A, e foi apurado resultado negativo de R\$ 483.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

h.2) Cessão de crédito para fundo de investimento em direitos creditórios

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o CCB Brasil realizou operações de cessão de crédito na modalidade “capital de giro” para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo I, II e Aberto. Os preços das cessões correspondem aos saldos contábeis dos créditos, que totalizam R\$ 14.081 (Dezembro/14 - R\$ 276.666). Consequentemente, não houve resultado nas referidas cessões. Conforme estabelecido na Resolução nº 3.533/08 do BACEN, as referidas cessões foram classificadas na categoria de “operações com retenção substancial de riscos e benefícios”. As operações de crédito cedidas estão sujeitas à aplicação da Resolução nº 2.682/99, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

h.3) Cessão de crédito para empresa não financeira e não ligada

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram cedidas operações de créditos, com transferência substancial dos riscos e benefícios no montante de R\$ 3.655 (Dezembro/14 - R\$ 31.472) para pessoas jurídicas não ligadas e não integrantes do sistema financeiro nacional, gerando resultado negativo no montante de R\$ 1.715 (Dezembro/14 - R\$ 654).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram cedidas operações de créditos anteriormente baixadas para prejuízo, gerando resultado no valor de R\$ 9.000 (Dezembro/14 - R\$ 1.879).

i) Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil da controlada é representado pelo seu respectivo valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas como segue:

	CCB Brasil CONSOLIDADO	
	Dezembro/15	Dezembro/14
Arrendamento a receber	102.053	229.440
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(100.416)	(225.450)
Bens arrendados	379.267	512.729
Superveniência de depreciação	35.067	122.216
Depreciação de bens arrendados	(210.666)	(272.092)
Perdas em arrendamento mercantil a amortizar	4.874	5.462
Valor residual antecipado	(93.716)	(122.193)
Total carteira de arrendamento mercantil	116.463	250.112

9. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A partir de 01 de Setembro de 2014, sob gestão do novo Controlador, a Administração do CCB Brasil reavaliou o modelo interno de classificação de clientes e atribuição de *ratings* e procedeu alterações nas Políticas de Crédito, mantida fundamentação da Resolução nº 2.682/99 do BACEN, para alcançar um alinhamento às práticas e critérios adotados pelo novo Controlador. Como indutores da revisão e reavaliação das políticas foram considerados os seguintes aspectos julgados relevantes: a) maior destaque à ponderação do resultado da avaliação da situação financeira das empresas, com prevalência sobre outros fatores tomados em consideração na análise dos riscos; b) revisão da importância atribuída para garantias vinculadas, quando provocam melhoras de *ratings* de clientes; c) revisão dos prazos mínimos para deterioração de *ratings*, quando decorrentes de atrasos nos pagamentos; d) redução do limite referencial para que operações em atraso provoquem a redução do *rating* de todo o grupo econômico; e) reclassificação imediata para maior nível de risco, das operações com empresas que declarem situação de recuperação judicial em qualquer fase do uso daquele instituto. Por fim, a administração entendeu necessário reposicionar os principais elementos considerados na análise econômica de seus clientes e assim adotar esses preceitos no cálculo das provisões para perdas em operações de crédito, respeitadas mas não limitadas, as condições mínimas requeridas pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

a) Movimentação da provisão

	CCB Brasil MÚLTIPLO		CCB Brasil CONSOLIDADO	
	Dezembro/15	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/14
Saldo inicial	1.121.119	384.747	1.184.920	418.984
Constituição	1.040.302	1.231.665	1.098.662	1.302.674
Reversão	(70.128)	(7.794)	(122.892)	(28.021)
Subtotal	2.091.293	1.608.618	2.160.690	1.693.637
Baixas	(1.245.954)	(487.499)	(1.274.012)	(508.717)
Saldo final	845.339	1.121.119	886.678	1.184.920
Recuperação de créditos lançados a prejuízo	101.324	13.448	106.710	16.420
Créditos renegociados no período	356.504	433.363	356.504	433.363
Percentual da provisão sobre a carteira de créditos	15,56%	12,65%	14,25%	12,12%

b) Composição da provisão por tipo de operação

	CCB Brasil MÚLTIPLO		CCB Brasil CONSOLIDADO	
	Dezembro/15	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/14
Capital de giro e descontos	487.791	495.155	487.791	502.747
Contas garantidas	15.411	27.078	15.411	27.078
Crédito pessoal consignado	5.658	5.875	22.492	22.580
Comprar	–	3.807	–	3.807
Cheque empresarial	1.364	2.741	1.364	2.741
Financiamentos à importação	52.739	50.700	52.739	50.700
Financiamentos à exportação	25.580	46.426	25.580	46.426
Financiamentos rurais e agroindustriais	241	1.820	241	1.820
Financiamentos imobiliários e habitacionais	11	10	11	10
Financiamento de máquinas e veículos pesados	6.009	11.941	6.009	11.941
Crédito a pessoas físicas	4.182	332	25.622	12.184
Cessões de crédito (Resolução nº 3.533)	9.368	10.963	–	–
Outros	107.642	289.588	107.642	289.588
Operações de crédito	715.996	946.436	744.902	971.622
Fiança honrada	26.531	2.488	26.531	2.488
Devedores por compra de valores e bens	44.431	27.069	44.441	27.080
Títulos e créditos a receber	37.958	117.475	38.319	117.475
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	20.423	27.651	20.423	27.651
Outros créditos	129.343	174.683	129.714	174.694
Operações de arrendamento mercantil	–	–	12.062	38.604
Total	845.339	1.121.119	886.678	1.184.920

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

c) Composição da provisão por níveis de risco

Nível de risco	CCB Brasil MÚLTIPLO					
	Dezembro/15			Dezembro/14		
	Base de cálculo	Provisão	%	Base de cálculo	Provisão	%
AA	832.577	–	15,34	3.238.488	–	36,56
A	1.594.077	7.970	29,34	1.763.916	8.820	19,91
B	791.337	7.914	14,56	810.023	8.100	9,14
C	695.059	20.852	12,79	937.532	28.126	10,58
D	485.984	48.598	8,94	504.920	50.492	5,70
E	250.157	75.047	4,60	429.114	128.734	4,84
F	182.740	91.370	3,36	446.550	223.274	5,04
G	26.391	18.474	0,49	186.988	130.892	2,11
H	575.114	575.114	10,58	542.681	542.681	6,12
Total	5.433.436	845.339	100,00	8.860.212	1.121.119	100,00

Nível de risco	CCB Brasil CONSOLIDADO					
	Dezembro/15			Dezembro/14		
	Base de cálculo	Provisão	%	Base de cálculo	Provisão	%
AA	852.907	–	13,71	3.380.720	–	34,59
A	2.198.408	11.052	35,32	2.353.162	11.766	24,07
B	836.617	8.366	13,44	834.889	8.349	8,54
C	744.628	22.338	11,96	974.945	29.248	9,97
D	511.048	51.105	8,21	545.974	54.597	5,59
E	260.024	78.007	4,18	451.776	135.532	4,62
F	189.035	94.518	3,04	459.331	229.665	4,70
G	32.409	22.686	0,52	194.518	136.161	1,99
H	598.606	598.606	9,62	579.602	579.602	5,93
Total	6.223.682	886.678	100,00	9.774.917	1.184.920	100,00

10. CARTEIRA DE CÂMBIO

	CCB Brasil MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	Dezembro/15	Dezembro/14
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	809.133	1.202.821
Direitos sobre vendas de câmbio	2.326	23.603
Adiantamentos recebidos em moeda nacional	(734)	(3.723)
Rendas a receber adiantamentos sobre contrato câmbio	18.666	37.937
Total	829.391	1.260.638
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	21.210	24.803
Importação financiada - câmbio contratado	(734)	(2.427)
Obrigações por compras de câmbio	630.157	1.049.387
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(630.157)	(1.028.108)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	–	3
Total	20.476	43.658

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

11. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	CCB Brasil MÚLTIPLO		CCB Brasil CONSOLIDADO	
	Dezembro/15	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/14
Adiantamentos e antecipações salariais	1.643	1.344	1.725	1.529
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	1.667	3.288	1.724	3.348
Devedores por compra de bens a prazo	142.769	154.267	144.684	156.478
Devedores por depósitos em garantia	366.569	225.917	373.238	229.341
Tributos a compensar e recuperar (*)	55.409	83.854	68.442	96.434
Pagamentos a ressarcir	9.102	3.435	10.597	4.920
Títulos e créditos a receber (**)	97.094	244.609	107.397	253.060
Devedores diversos - país	19.778	18.379	11.535	25.636
Total	694.031	735.093	719.342	770.746

(*) Contempla: R\$ 38.222 (Dezembro/14 - R\$ 54.970) de IRRF sobre remessa de juros a Agência de Cayman, R\$ 296 (Dezembro/14 - R\$ 401) de IRRF incidente sobre juros sobre capital próprio e tributos retidos por órgãos públicos. A compensação do IRRF sobre remessa de juros a Agência de Cayman, ocorreu de forma regular até o exercício de 2011. Com o objetivo de garantir e acelerar a compensação do referido IRRF, a Administração tem empreendido alterações em sua estratégia de negócios, incrementando a geração de resultados elegíveis àquela compensação, conforme evidenciado no estudo técnico.

(**) Inclui valores a receber por aquisição de ativos financeiros de operações de crédito sem transferência substancial de riscos e benefícios.

12. OUTROS VALORES E BENS

a) **Bens não de uso** - São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

A Administração efetuou análise para perda por redução ao valor recuperável, que resultou no registro da provisão para desvalorização mencionada no quadro abaixo:

	CCB Brasil MÚLTIPLO		CCB Brasil CONSOLIDADO	
	Dezembro/15	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/14
Imóveis	285.824	282.922	288.464	282.922
Veículos e afins	4.444	3.540	16.448	12.220
Máquinas e equipamentos	26.161	25.794	26.461	26.078
Material em estoque	-	367	-	367
Outros	188	-	188	-
Subtotal	316.617	312.623	331.561	321.587
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(72.365)	(73.347)	(77.828)	(76.741)
Total	244.252	239.276	253.733	244.846

b) **Despesas antecipadas**

Referem-se substancialmente às despesas pagas antecipadamente, diferidas por conta da obtenção de benefícios pelo valor pago durante mais de um exercício, compostas por despesas com captações de recursos no exterior e comissões pagas a correspondentes bancários, por conta da originação de operações de empréstimos e financiamentos, as quais serão reconhecidas em despesas efetivas, segundo o prazo das operações contratadas, ou quando da baixa da operação em decorrência de pré-pagamento ou baixa para perda.

Para as novas comissões pagas a correspondentes bancários, originadas em 2015, o CCB Brasil optou pela contabilização de dois terços do valor dessas comissões em contas patrimoniais ativas na rubrica de "Despesas antecipadas", conforme faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/14. Os efeitos dessa opção na demonstração do resultado do período foi de R\$ 16.379 e R\$ 49.381 referentes a períodos anteriores, perfazendo o total registrado na rubrica de "Outras despesas operacionais - Comissões de crédito consignado" (nota 29h) de R\$ 65.760.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

13. ATIVO PERMANENTE

a) Investimento

Vide detalhamento dos investimentos em controladas e controladas em conjunto na Nota Explicativa 15.

b) Imobilizado de uso

CCB Brasil CONSOLIDADO									
	Taxas	Custo		Provisão para perda		Depreciação acumulada		Valor líquido	
	Depre- ciação %	Dezem- bro/15	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/14
Terrenos	–	3.913	3.913	–	–	–	–	3.913	3.913
Edificações	4	162.900	158.466	–	(10)	(63.785)	(53.555)	99.115	104.901
Instalações	10	1.922	1.896	–	–	(1.487)	(1.290)	435	606
Máquinas e equipamentos de uso	10	16.970	18.330	(984)	(615)	(8.481)	(8.187)	7.505	9.528
Sistema de processamento de dados	20	12.762	12.966	(82)	(42)	(12.022)	(11.644)	658	1.280
Sistema de transporte	20	1.175	1.383	–	–	(534)	(434)	641	949
Sistema de comunicação	10	2.207	2.199	–	–	(908)	(743)	1.299	1.456
Sistema de segurança	10	1.516	1.526	(51)	(19)	(693)	(550)	772	957
Outras imobilizações em curso	–	–	2.159	–	–	–	–	–	2.159
Total		203.365	202.838	(1.117)	(686)	(87.910)	(76.403)	114.338	125.749

c) Ativos intangíveis

c.1) Classe dos ativos intangíveis - Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por:

CCB Brasil CONSOLIDADO							
	Taxas de	Custo		Amortização acumulada		Valor líquido	
	amorti- zação %	Dezem- bro/15	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/14
Softwares (*)	20	10.656	8.604	(8.033)	(5.689)	2.623	2.915
Ágio (**)	10	105.190	105.190	(45.600)	(49.627)	59.590	55.563
Total		115.846	113.794	(53.633)	(55.316)	62.213	58.478

c.2) Movimentação dos ativos intangíveis por classe

CCB Brasil CONSOLIDADO					
	Dezembro/14	Adições	Baixas	Reversão	Dezembro/15
Softwares (*)	2.915	2.573	(2.865)	–	2.623
Ágio (**)	55.563	–	–	4.027	59.590
Total	58.478	2.573	(2.865)	4.027	62.213

(*) Softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas.

(**) Ágio apurado na aquisição da CCB Brasil Financeira, em 03 de novembro de 2009, correspondente à soma do valor pago na transação com o montante do patrimônio líquido negativo, resultou no valor de R\$ 105.190. O referido ágio está suportado em projeções de resultados, que consideram efeitos da sinergia identificada na realização de operações de varejo de forma conjunta entre CCB Brasil e CCB Brasil Financeira, consubstanciados em laudo de avaliação, elaborado por empresa especializada. A expectativa de realização do ágio é de 10 anos, e a amortização periódica considera os valores positivos na forma de equivalência patrimonial, em observância à regulamentação do BACEN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

d) Ativo diferido

CCB Brasil CONSOLIDADO									
	Taxas de amortização %	Dezem- bro/15	Custo Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Amortização acumulada Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Provisão para perda Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Valor líquido Dezem- bro/14
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	19.089	32.132	(19.089)	(32.132)	—	—	—	—
Instalação e adaptação de dependência	20	11.695	11.734	(11.695)	(11.734)	—	—	—	—
Total		30.784	43.886	(30.784)	(43.886)	—	—	—	—

e) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Em atendimento ao estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, a administração efetuou teste de valor recuperável dos seus ativos, que resultou em constituição de provisão para perda no montante de R\$ 1.117 (Dezembro/14 - R\$ 686), decorrentes de benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros cujo contrato de aluguel não foi renovado pelo Banco, além de itens do ativo imobilizado que apresentaram indícios de perda no valor recuperável.

14. DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR

Na data do balanço as operações conduzidas pela Agência em Cayman Islands apresentavam: patrimônio líquido de R\$ 292.245 (Dezembro/14 - R\$ 215.721) e ativos totais de R\$ 2.202.030 (Dezembro/14 - R\$ 928.894). Os saldos contábeis foram convertidos pela cotação do dólar de balanço, divulgado pelo BACEN.

15. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS E COLIGADAS NO PAÍS - CCB BRASIL MÚLTIPLO

As principais informações das sociedades controladas diretas e em conjunto pelo Banco são assim demonstradas:

	Dezembro/15						Dezembro/14
Nome da empresa	Número ações/cotas possuídas	% participação	Patri- mônio líquido	Lucro/ (prejuízo) líquido	Equiva- lência patrimonial	Valor contábil investimentos	Valor contábil investimentos
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A	180.920.168	100	228.476	14.022	14.022	228.476	214.455
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A	14.223.228	100	18.168	1.247	1.247	18.168	16.921
CCB Brasil Informática S/A	50.000	100	647	30	56	647	591
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	3.670.000	100	11.093	2.852	2.852	11.093	8.242
CCB Brasil Financeira S.A. CFI (*)	116.405.774	100	71.189	(4.027)	(4.027)	190.369	190.402
BrasilFactors	62.931	50	8.850	(1.559)	(780)	4.424	4.162
Total					13.370	453.177	434.773

(*) No valor contábil de investimentos está incluso o ágio, líquido de amortizações, no valor de R\$ 59.590 (Dezembro/14 - R\$ 55.563), apurado na aquisição da CCB Brasil Financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Partes relacionadas

O Banco e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado.

Os saldos de operações do Banco com controladas, direta, indireta, empresas ligadas e pessoal-chave da Administração podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos/(passivos)		Receitas/(despesas)	
	Dezembro/15	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/14
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.137.969	1.222.401	130.357	116.738
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A	–	189.216	18.616	24.727
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	1.137.969	1.033.185	111.741	92.011
Cotas de Fundo de Investimentos - FIDC	71.024	28.896	14.387	2.082
BRASILFactors (a)	71.024	28.896	14.387	2.082
Operações de Cessão de Crédito	277.656	485.038	75.550	94.347
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	263.575	208.372	75.550	94.347
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC's (nota 8.h.2.)	14.081	276.666	–	–
Depósitos à vista	(3.638)	(2.352)	–	–
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A (a)	(22)	(12)	–	–
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	(488)	(509)	–	–
CCB Brasil Informática S/A (a)	(2)	(4)	–	–
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(882)	(54)	–	–
BRASILFactors (a)	(1)	(1)	–	–
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(1.454)	(1.446)	–	–
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(790)	(326)	–	–
Depósitos a prazo	(135.062)	(136.504)	(20.537)	(18.133)
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A (a)	(19.416)	(17.984)	(2.470)	(1.676)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	(9.253)	(88.352)	(9.340)	(13.527)
CCB Brasil Informática S/A (a)	(657)	(591)	(83)	(65)
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(40.996)	(23.464)	(2.941)	(2.326)
BRASILFactors (a)	(10.516)	(5.088)	(832)	(392)
FIDC BRASILFactors (b)	(1.663)	–	(2.408)	–
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(52.457)	–	(2.410)	–
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(104)	(1.025)	(53)	(147)
Operações compromissadas	(180.029)	(131.808)	(20.829)	(9.327)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	(127.987)	(127.106)	(18.527)	(8.167)
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(52.042)	(4.702)	(2.302)	(1.160)
Debêntures	–	–	–	(234)
BRASILFactors (a)	–	–	–	(234)
LCA	(2.517)	–	(131)	(19)
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(2.517)	–	(131)	(19)
LCI	(25.944)	(2.693)	(267)	(44)
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(25.944)	(2.693)	(267)	(44)
Swap	–	(694)	(4.178)	(694)
BRASILFactors (a)	–	(694)	(4.178)	(694)
NDF	(1.650)	–	(3.908)	–
BRASILFactors (a)	(1.650)	–	(3.908)	–
Obrigações por Empréstimos	(3.570.104)	–	(383.999)	–
China Construction Bank Corporation (d)	(3.570.104)	–	(383.999)	–
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	(397.526)	–	(7.410)	–
China Construction Bank Corporation (d)	(397.526)	–	(7.410)	–
Prestação de serviços	–	80	–	201
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	–	80	–	201

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

A saber:

- (a) Controladas e Coligadas - direta
- (b) Controladas e Coligadas - indireta
- (c) Pessoal-Chave da Administração e Controladores
- (d) Controladora indireta sediada no exterior (nota 1)
- (e) Controladora Direta

a.1) Dos vencimentos e taxas das operações

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são valorizadas pelo CDI médio de 105% e as pré-fixadas às taxas médias de 14,09%; as operações compromissadas foram realizadas às taxas médias de 14,15% (Dezembro/14 - 11,65%) e possuem vencimento em 04 de janeiro de 2016, com lastro superior a 02 anos (Dezembro/14 - superior a 05 anos). As operações de LCA foram realizadas com taxas de 97% do CDI (Dezembro/14 - %) e possuem vencimento final em até 03 anos (Dezembro/14 -).

As operações de LCI foram realizadas com taxas de 96% do CDI (Dezembro/14 - 96,88%) e possuem vencimento final em até 03 anos (Dezembro/14 - em até 03 anos). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 104% do CDI (Dezembro/14 - 106% do CDI), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 05 anos (Dezembro/14 - em até 03 anos).

As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 1,15% e variação cambial com vencimento final em até 1 ano (Dezembro/14 -). As informações referentes às cessões de crédito, com partes relacionadas, estão incluídas na nota 8h.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração - CCB Brasil Consolidado

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima agregada para os Administradores membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria, bem como é definido teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício.

A partir de 01 de janeiro de 2012, teve início a vigência da Resolução CMN nº 3.921/10, a qual determinou estrutura mínima de remuneração variável a ser paga a Administradores de Instituições Financeiras, com a seguinte delimitação: 50% da remuneração variável poderá ser paga em dinheiro; 10% da remuneração variável deverá ser paga em ações do CCB Brasil, com deliberação e disponibilidade imediata; e 40% da remuneração variável deverá ser paga em ações do CCB Brasil com a disponibilidade diferida proporcionalmente por 03 anos consecutivos, condicionada ao cumprimento, em cada um daqueles anos, das metas individuais, de equipe e Corporativas estabelecidas em Plano específico, que vincule o pagamento de remuneração variável ao efetivo desempenho positivo da instituição. O CCB Brasil efetuou pagamento de remuneração no primeiro semestre de 2014 no montante de R\$ 2.402 relativas ao exercício de 2013 e 2012, seguindo as disposições da Resolução nº 3.921/10, relativamente a pagamento em dinheiro e pagamento em ações. O efeito contábil está registrado em participações no lucro, de acordo com os limites estatutários.

b.1) Benefícios de curto prazo - Conselho de administração, diretoria executiva e comitê de auditoria

	CCB Brasil MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	Dezembro/15	Dezembro/14
Remuneração fixa	12.935	14.593
Remuneração variável	-	7.536
Outros	833	1.759
Total	13.768	23.888

b.2) Benefícios pós-emprego

O CCB Brasil não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal-chave da Administração.

b.3) Benefícios de longo prazo

O CCB Brasil não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

b.4) Outras informações

Conforme legislação em vigor, o CCB Brasil não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

Dessa forma, não são efetuados pelo CCB Brasil empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria e seus cônjuges e parentes até o 2º grau.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

17. DEPÓSITOS

a) Composição por tipo de cliente

CCB Brasil CONSOLIDADO						
Dezembro/15						
Cliente	Depósitos à vista	Depósitos a prazo (*)	Depósitos interfinanceiro	Depósitos poupança	Depósitos em moedas estrangeiras	Total
Pessoas jurídicas	92.735	1.772.852	–	1.946	2.372	1.869.905
Pessoas físicas	17.517	165.194	–	10.787	–	193.498
Investidores institucionais	–	820.459	–	–	–	820.459
Instituições financeiras	3.852	35.088	810.814	–	–	849.754
Total	114.104	2.793.593	810.814	12.733	2.372	3.733.616

(*) Do montante de R\$ 2.793.593 de depósito a prazo, R\$ 1.050.912 tem garantia especial do FGC - DPGE, de acordo com a Resolução CMN nº 3.692/09.

CCB Brasil CONSOLIDADO						
Dezembro/14						
Cliente	Depósitos à vista	Depósitos a prazo (*)	Depósitos interfinanceiro	Depósitos poupança	Depósitos em moedas estrangeiras	Total
Pessoas jurídicas	196.843	3.475.567	–	1.713	3.157	3.677.280
Pessoas físicas	20.455	225.211	–	11.121	–	256.787
Investidores institucionais	–	2.305.669	–	–	–	2.305.669
Instituições financeiras	2.239	31.743	401.990	–	–	435.972
Total	219.537	6.038.190	401.990	12.834	3.157	6.675.708

(*) Do montante de R\$ 6.038.190 de depósito a prazo, R\$ 3.057.356 tem garantia especial do FGC - DPGE, de acordo com a Resolução CMN nº 3.692/09.

b) Distribuição por prazos de vencimento

CCB Brasil CONSOLIDADO						
Dezembro/15						
Vencimento	Depósitos à vista	Depósitos a prazo (*)	Depósitos interfinanceiro	Depósitos poupança	Depósitos em moedas estrangeiras	Total
Sem vencimento	114.104	–	–	12.733	–	126.837
Até 03 meses	–	986.000	38.686	–	2.372	1.027.058
De 03 meses a 01 ano	–	1.131.079	106.516	–	–	1.237.595
De 01 a 03 anos	–	643.001	41.471	–	–	684.472
De 03 a 05 anos	–	33.513	461.083	–	–	494.596
De 05 a 15 anos	–	–	163.058	–	–	163.058
Total	114.104	2.793.593	810.814	12.733	2.372	3.733.616

(*) Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 264.831, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

CCB Brasil CONSOLIDADO						
Dezembro/14						
Vencimento	Depósitos à vista	Depósitos a prazo (*)	Depósitos interfinanceiro	Depósitos poupança	Depósitos em moedas estrangeiras	Total
Sem vencimento	219.537	–	–	12.834	–	232.371
Até 03 meses	–	1.445.909	71.412	–	3.157	1.520.478
De 03 meses a 01 ano	–	2.419.377	166.428	–	–	2.585.805
De 01 a 03 anos	–	2.170.608	26.064	–	–	2.196.672
De 03 a 05 anos	–	2.296	–	–	–	2.296
De 05 a 15 anos	–	–	138.086	–	–	138.086
Total	219.537	6.038.190	401.990	12.834	3.157	6.675.708

(*) Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 613.818, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na CETIP S.A.- Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

c) Número de depositantes/investidores

CCB Brasil CONSOLIDADO		
Depositantes/investidores	Dezembro/15	Dezembro/14
Depósitos à vista (contas ativas)	4.008	5.532
Depósitos de poupança	761	847
Depósitos a prazo	950	1.800
Depósitos em moedas estrangeiras	1	1

d) Concentração dos principais depositantes - depósitos a prazo

CCB Brasil CONSOLIDADO				
Depositantes	Dezembro/15		Dezembro/14	
	R\$	%	R\$	%
Maior depositante	201.068	7,20	253.820	4,20
10 Maiores depositantes	656.324	23,49	1.146.981	19,00
20 Maiores depositantes	883.941	31,64	1.520.007	25,17
50 Maiores depositantes	1.384.630	49,56	2.144.317	35,51
100 Maiores depositantes	1.936.045	69,30	2.974.289	49,26

18. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE LETRAS EMITIDAS

a) Captações no mercado aberto

Estão representadas por compromissos de recompra de títulos a preços fixos com liquidação em 01 de janeiro de 2016 e lastreados por LFT com vencimento em setembro de 2020.

b) Recursos de letras emitidas

São compostos por Letras de Crédito do Agronegócio - LCA, Letras Financeiras - LF e Letras de Crédito Imobiliário - LCI.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

b.1) Composição por tipo de cliente

CCB Brasil MÚLTIPLO E CONSOLIDADO						
Dezembro/15			Dezembro/14			
Cliente	LCI	LCA	LF	LCI	LCA	LF
Pessoas jurídicas	–	–	24.864	–	20.669	23.017
Pessoas físicas	197.305	196.829	–	237.774	254.534	–
Investidores institucionais	–	7.797	1.072	–	–	–
Instituições financeiras	1.449	–	57.202	44.182	20.033	146.095
Total	198.754	204.626	83.138	281.956	295.236	169.112

b.2) Distribuição por prazos de vencimento

CCB Brasil MÚLTIPLO E CONSOLIDADO						
Dezembro/15			Dezembro/14			
Cliente	LCI	LCA	LF	LCI	LCA	LF
Até 03 meses	61.072	87.479	1.516	62.172	128.658	48.776
De 03 meses a 01 ano	80.838	105.183	74.826	171.062	129.610	49.657
De 01 a 03 anos	56.844	11.964	6.796	48.722	36.968	70.679
Total	198.754	204.626	83.138	281.956	295.236	169.112

19. OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO EXTERIOR

São representadas basicamente por emissão de títulos no mercado internacional, para repasses, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 1,82% a.a. (Dezembro/14 - 4,96% a.a.), cujos vencimentos estão assim distribuídos:

CCB Brasil MÚLTIPLO E CONSOLIDADO					
		Dezembro/15		Dezembro/14	
Vencimento		R\$	%	R\$	%
Até 03 meses		4.591	5,28	14.100	1,37
De 03 meses a 01 ano		27.309	31,40	939.629	91,22
De 01 a 03 anos		55.066	63,32	76.381	7,41
Total		86.966	100,00	1.030.110	100,00

As despesas associadas às captações de recursos no valor de R\$ - (Dezembro/14 - R\$ 1.600) são registradas como redutoras das respectivas captações e apropriadas ao resultado pelo prazo da operação.

20. EMPRÉSTIMOS E REPASSES DO EXTERIOR

Referem-se à captação de recursos para financiamento à importação e à exportação e repasses concedidos principalmente pela controladora no exterior e órgãos multilaterais, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 1,34% a.a. (Dezembro/14 - 1,95% a.a.). Os vencimentos estão assim distribuídos:

CCB Brasil MÚLTIPLO E CONSOLIDADO					
		Dezembro/15		Dezembro/14	
Vencimento		R\$	%	R\$	%
Até 03 meses		242.679	5,61	417.930	20,51
De 03 meses a 01 ano		3.940.853	91,14	1.464.792	71,87
De 01 a 03 anos		73.564	1,70	94.557	4,64
De 03 a 05 anos		44.604	1,03	30.335	1,49
Acima de 05 anos		22.304	0,52	30.336	1,49
Total		4.324.004	100,00	2.037.950	100,00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

As despesas associadas às captações de recursos no valor de R\$ 2.137(Dezembro/14 - R\$ 3.457), são registradas como redutoras das respectivas captações e apropriadas ao resultado pelo prazo da operação.

As operações de empréstimos e repasses do exterior e dívida subordinada (nota 25), que contem cláusulas restritivas (“covenants”) foram classificadas no curto prazo no Balanço Patrimonial, por motivo de desenquadramento de alguns indicadores, entretanto, a nota acima mantém os prazos anteriormente estabelecidos, considerando o sucesso do “waiver” obtido em datas anteriores.

21. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

Representada por repasses do Ministério da Agricultura na modalidade FUNCAFÉ com prazos de vencimento até março 2017 e Ministério das Cidades nas modalidades PSH - Programa Social de Habitação e PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida, sem vencimento.

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	CCB Brasil MÚLTIPLO		CCB Brasil CONSOLIDADO	
	Dezembro/15	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/14
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	–	–	22.262	15.799
Provisão para Impostos e contribuições sobre lucro	–	–	1.768	112
Impostos e contribuições a recolher	11.833	12.550	13.404	13.929
Provisão para imposto de renda diferido	30.800	7.970	39.691	38.764
Provisão para passivos de natureza tributária (*)	652.232	603.331	673.435	625.473
Total	694.865	623.851	750.560	694.077

(*) Referem-se a “obrigações legais e passivos contingentes” (nota 23).

23. CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O CCB Brasil e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a) Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Passivos de natureza cível, trabalhista e fiscal

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

c) Obrigações legais e passivos contingentes classificados como perda provável

As obrigações legais e os passivos contingentes classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados, sendo as mais relevantes:

c.1) CSLL x Isonomia - valor envolvido R\$ 129.310: pleiteia suspender a exigência da CSLL, do período base de 2008 e seguintes, em relação à majoração da alíquota de 9%, aplicada às demais pessoas jurídicas, para 15%, aplicada às instituições financeiras, tendo em vista o desrespeito ao princípio constitucional da isonomia. O valor envolvido está sendo depositado em juízo.

c.2) COFINS x Lei nº 9.718/98 - valor envolvido R\$ 438.119: pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 21.790.

c.3) PIS x Lei nº 9.718/98 - valor envolvido R\$ 71.145: pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 70.880.

c.4) PIS - Emenda Constitucional nº 10/96 - valor envolvido R\$ 15.013: pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da “irretroatividade” e da “anterioridade nonagesimal”, bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no artigo 44 da Lei nº 4.506/64, no artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no artigo 226 do Decreto nº 1.041/94. O valor envolvido foi depositado em juízo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

d) Passivos contingentes classificados como perda possível

d.1) Processos fiscais e previdenciários

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela instituição e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas basicamente pelas seguintes questões:

PIS - Emenda Constitucional nº 17/97 - valor envolvido R\$ 10.829: pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 25/11/97 e 23/02/98, em observância aos princípios da “irretroatividade” e da “anterioridade nonagesimal”, bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 23/02/98 a contribuição ao PIS na forma da Lei Complementar nº 7/70. Decisão final totalmente favorável ao CCB Brasil transitada em julgado em junho/2015.

IRF sobre remessa de juros ao exterior - valor envolvido R\$ 11.669: pleiteia compensar os valores indevidamente retidos a título de imposto de renda na fonte sobre remessas de juros ao exterior, com o mesmo imposto de renda das pessoas jurídicas, nos termos do artigo 39 da Lei nº 9.250/96, afastando as restrições contidas nas Cartas-Circulares nº 2.269/92 e nº 2.372/93 e Comunicado nº 2.747/92, que condicionavam a aplicação de alíquota zero do imposto de renda à observância de prazos mínimos de amortização, por flagrante violação ao princípio da legalidade. O valor envolvido foi depositado em juízo.

ISS - Serviços Tributados - Taxatividade da lista de serviços anexa à LC nº 56/87 - valor envolvido R\$ 17.696: pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

PDD/1994 - valor envolvido R\$ 21.352: pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no artigo 43, parágrafo 4º, da Lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.

INSS - Participação nos lucros dos administradores - valor envolvido R\$ 69.803: pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2011, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do artigo 7º, XI, da Constituição Federal e artigo 28, parágrafo 9º, da Lei nº 8.212/91.

INSS - Aviso prévio indenizado - valor envolvido R\$ 1.288: pleiteia afastar a exigência do INSS incidente sobre as verbas pagas aos empregados, a título de Aviso Prévio Indenizado, em face da natureza jurídica de indenização, portanto não sujeita a contribuição para a Seguridade Social prevista no artigo 22º, inciso I, e no artigo 28º, da Lei nº 8.212/1991. Decisão final totalmente favorável ao CCB Brasil transitada em julgado em novembro/2015.

d.2) Processos trabalhistas

O CCB Brasil possui 109 (Dezembro/14 - 95) processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 29.060 (Dezembro/14 - R\$ 17.533). Existem 128 (Dezembro/14 - 121) processos, cujas verbas indenizatórias reclamadas totalizam R\$ 10.725 (Dezembro/14 - R\$ 41.618), que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor máximo de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 6.630 (Dezembro/14 - R\$ 14.412). As contingências tem relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

d.3) Processos cíveis

O CCB Brasil possui 2.749 (Dezembro/14 - 2.861) processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 86.863 (Dezembro/14 - R\$ 71.908). O CCB Brasil possui 569 (Dezembro/14 - 614) processos, cujos valores reclamados totalizam R\$ 712.902 (Dezembro/14 - R\$ 883.576), os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 337.453 (Dezembro/14 - R\$ 355.764). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

e) Movimentação das provisões para “obrigações legais” e “passivos contingentes”, classificados como perda provável

Descrição	CCB Brasil CONSOLIDADO				
	Dezembro/14	Adição	Reversão	Utilização	Dezembro/15
Cíveis	71.908	21.675	(4.638)	(2.082)	86.863
Trabalhistas	17.533	14.285	(1.057)	(1.701)	29.060
Subtotal	89.441	35.960	(5.695)	(3.783)	115.923
Fiscais e previdenciárias					
Descrição	Dezembro/14	Adição	Reversão	Atualização	Dezembro/15
CSLL Isonomia de Alíquotas - 2008 em diante	118.747	–	–	10.563	129.310
PIS - Receita Bruta Operacional - EC nº 10/96	11.762	–	–	346	12.108
PIS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	68.489	–	(2.053)	5.402	71.838
COFINS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	424.881	–	–	33.590	458.471
ISS - Serviços Não Tributados - LC nº 56/87	1.435	–	–	114	1.549
ISS - Operações de Leasing fora da Sede	159	–	–	–	159
Subtotal	625.473	–	(2.053)	50.015	673.435
Total	714.914	35.960	(7.748)	46.229	789.355

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 11 - Outros Créditos - Diversos) o montante de R\$ 64.086 (Dezembro/14 - R\$ 8.607) - processos Cíveis, R\$ 17.289 (Dezembro/14 - R\$ 13.067) - processos Trabalhistas e R\$ 291.792 (Dezembro/14 - R\$ 207.594) - processos Fiscais.

24. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	CCB Brasil MÚLTIPLO		CCB Brasil CONSOLIDADO	
	Dezembro/15	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/14
Cheques administrativos	316	1.535	316	1.535
Obrigações por venda/transferência de ativos financeiros (c)	485.554	498.554	–	–
Obrigações por aquisição de bens e direitos	–	12.710	1	12.711
Provisão para pagamentos a efetuar	19.236	19.000	51.298	48.066
Provisão para passivos contingentes (a)	102.354	78.312	115.924	89.441
Obrigações FIDC (b)	–	–	–	74.644
Credores diversos - país (d)	111.939	19.819	113.779	21.331
Total	719.399	629.930	281.318	247.728

(a) Refere-se à provisão para processos trabalhistas e cíveis (nota 23e).

(b) Refere-se ao valor das cotas seniores dos FIDC's reclassificadas para fins de consolidação.

(c) Refere-se ao saldo da obrigação assumida nas cessões de operações de crédito com retenção substancial de risco, e será amortizada pelo repasse aos cessionários e, as despesas dessa obrigação, serão reconhecidas ao resultado no prazo do contrato.

(d) Acrescido o saldo de provisão para fiança no montante de R\$ 103.066, período findo em 31 de dezembro de 2015 (nota 33).

25. CAPTAÇÕES E EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

a) Dívida subordinada

Está representada por captações que compõem o Capital de Nível II nos cálculos dos limites operacionais, conforme segue:

Captação	CCB Brasil MÚLTIPLO E CONSOLIDADO							
	Valor	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão	Taxa Juros (a.a.)	Dezembro/15	Dezembro/14	
CDB Subordinado	R\$ 200.000	03/11/2009	04/11/2019	200.000	100% taxa Selic	366.300	323.421	
Eurobonds	US\$ 300.000	27/04/2010	27/04/2020	529.153	8,50%	1.018.945	674.242	
LOAN Subordinado (*)	US\$ 32.000	30/07/2010	15/10/2017	52.093	7,31%	126.887	86.308	
Total - Nível II PR						1.512.133	1.083.971	
(-) Despesas - captações						(3.560)	(5.063)	
Total						1.508.573	1.078.908	

(*) vide comentário nota 20.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

b) Instrumento de dívida elegível a capital

Em 30 de novembro de 2015 foi aprovada pelo BACEN a captação da Dívida Subordinada no montante de R\$ 397.299 (US\$ 100 milhões) como elegível ao Nível II do PR a partir de 30 de setembro de 2015.

CCB Brasil MÚLTIPLO E CONSOLIDADO						
Captação	Valor	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão	Taxa Juros (a.a.)	Dezembro/15
EMTN - ITB	US\$ 100.000	29/09/2015	29/09/2025	397.299	7,2%	397.526
Total - Nível II PR						397.526

26. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Ações

O capital social do Banco aprovado é de R\$ 2.012.810 e está dividido em 252.903.569 ações nominativas, sendo 160.206.833 ordinárias e 92.696.736 preferenciais, sem valor nominal.

Em 22 de abril de 2014 a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o aumento de capital de R\$ 1.434.206 para R\$ 2.012.810, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação do saldo das reservas de lucros no montante de R\$ 578.604.

b) Ações em tesouraria

A Administração do CCB Brasil, através das deliberações provenientes das reuniões do Conselho de Administração, autorizou a recompra de ações de emissão própria para permanência em tesouraria e posterior cancelamento.

Em 06 de julho de 2011 a Administração foi autorizada a recomprar ações, no período de 06 de julho de 2011 a 05 de julho de 2012, sem redução do capital social, até o limite de 10% das ações preferenciais nominativas em circulação, ou seja, até 6.879.540 ações (4º Programa de recompra de Ações).

Para os efeitos do artigo 21º da Instrução CVM nº 10, de 14 de fevereiro de 1980, especifica-se que:

1) As autorizações deliberadas em reuniões do Conselho de Administração têm por objetivo a aplicação de recursos disponíveis, oriundos de reserva de capital;

2) No período de 01/01/2011 a 31/12/2011 o Banco adquiriu a quantidade de 6.879.540 ações nominativas, no montante de R\$ 58.593. O custo médio das ações recompradas foi de R\$ 8,52 por ação, o custo máximo foi de R\$ 9,70 e o custo mínimo foi de R\$ 6,96.

3) O valor de mercado das ações em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 8,25 (Dezembro/14 - R\$ 5,70).

No primeiro semestre de 2014, o CCB Brasil transferiu aos Administradores ações de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, a título de pagamento de parcela da remuneração variável do ano de 2013 (307.188 ações). (Ver nota explicativa 16.b).

Durante o ano de 2015 não houve movimentação das ações em Tesouraria - R\$ 55.105 mil (2014 - R\$ 55.105 mil), número de ações correspondente a 6.398.518.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

Não houve pagamento de juros sobre capital próprio.

d) Reservas

Reserva legal - Constituída a base de 5% sobre o lucro líquido, limitada a 20% do capital social.

Reserva estatutária - Constituída pela destinação de valores remanescentes dos lucros líquidos de períodos encerrados, deduzidos das constituições de reserva legal, dos dividendos e dos juros sobre capital próprio, e tem por finalidade reforçar o capital social e de giro do Banco mediante acumulação de lucros remanescentes não distribuídos aos acionistas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O crédito tributário e o passivo diferido, relativos à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), apurados em 31 de dezembro de 2015, com base nas premissas do Estudo Técnico para Créditos Tributários, foram calculados com a alíquota de 20%.

a) **Créditos tributários:** o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no CCB Brasil - Realizável a Longo Prazo - Outros créditos diversos, apresentaram a seguinte movimentação no período:

CCB Brasil MÚLTIPLO					
Descrição	Dezembro/14	Realizações	Adições	Adições 15% - 20%	Dezembro/15
Imposto de Renda					
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	345.324	(70.784)	249.184	–	523.724
Provisão para desvalorização de bens não de uso	17.699	(2.880)	1.826	–	16.645
Provisão para contingências e outras	159.313	(13.424)	69.822	–	215.711
Subtotal	522.336	(87.088)	320.832	–	756.080
Prejuízo fiscal	89.198	–	63.515	–	152.713
Subtotal - Crédito Tributário IRPJ	611.534	(87.088)	384.347	–	908.793
Contribuição Social					
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	207.196	(42.471)	149.510	104.745	418.980
Provisão para desvalorização de bens não de uso	10.619	(1.728)	1.096	1.354	11.341
Provisão para contingências e outras	95.586	(46.373)	41.893	45.115	136.221
Subtotal	313.401	(90.572)	192.499	151.214	566.542
Base de cálculo negativa da CSLL acumulada	83.651	(22.062)	38.109	40.585	140.283
Subtotal - Crédito Tributário CSLL	397.052	(112.634)	230.608	191.799	706.825
Total - Crédito Tributário IRPJ/CSLL	1.008.586	(199.722)	614.955	191.799	1.615.618

CCB Brasil MÚLTIPLO				
Descrição	Dezembro/13	Realizações	Adições	Dezembro/14
Imposto de Renda				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		152.154	(104.838)	298.008
Provisão para desvalorização de bens não de uso		3.922	(4.237)	18.014
Provisão para contingências e outras		130.273	(9.355)	38.395
Subtotal		286.349	(118.430)	354.417
Prejuízo fiscal		43.193	(42.814)	88.842
Prejuízo fiscal - Ajuste exercício anterior		–	(23)	–
Subtotal		329.542	(161.267)	443.259
Contribuição Social				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		91.294	(62.903)	178.805
Provisão para desvalorização de bens não de uso		2.352	(2.542)	10.809
Provisão para contingências e outras		78.162	(5.613)	23.037
Subtotal		171.808	(71.058)	212.651
Base de cálculo negativa da CSLL acumulada		29.180	(14)	54.485
Subtotal		200.988	(71.072)	267.136
Total		530.530	(232.339)	710.395

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

CCB Brasil CONSOLIDADO					
Descrição	Dezembro/14	Realizações	Adições	Adições 15% - 20%	Dezembro/15
Imposto de Renda					
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	361.037	(85.616)	260.858	–	536.279
Provisão para desvalorização de bens não de uso	19.046	(3.522)	2.215	–	17.739
Provisão para contingências e outras	168.852	(14.732)	71.552	–	225.672
Subtotal	548.935	(103.870)	334.625	–	779.690
Prejuízo fiscal	111.274	(2.583)	64.442	–	173.133
Subtotal - Crédito Tributário IRPJ	660.209	(106.453)	399.067	–	952.823
Contribuição Social					
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	216.623	(52.598)	160.250	104.745	429.020
Provisão para desvalorização de bens não de uso	11.427	(2.114)	1.549	1.354	12.216
Provisão para contingências e outras	101.314	(47.215)	43.621	45.115	142.835
Subtotal	329.364	(101.927)	205.420	151.214	584.071
Base de cálculo negativa da CSLL acumulada	96.662	(23.360)	41.398	40.585	155.285
Subtotal - Crédito Tributário CSLL	426.026	(125.287)	246.818	191.799	739.356
Total - Crédito Tributário IRPJ/CSLL	1.086.235	(231.740)	645.885	191.799	1.692.179

CCB Brasil CONSOLIDADO				
Descrição	Dezembro/13	Realizações	Adições	Dezembro/14
Imposto de Renda				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		163.208	(114.322)	312.151
Provisão para desvalorização de bens não de uso		4.807	(4.374)	18.613
Provisão para contingências e outras		137.908	(9.694)	40.638
Subtotal		305.923	(128.390)	371.402
Prejuízo fiscal		69.985	(49.910)	91.199
Subtotal		375.908	(178.300)	462.601
Contribuição Social				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		97.927	(68.595)	187.291
Provisão para desvalorização de bens não de uso		2.883	(2.624)	11.168
Provisão para contingências e outras		82.745	(5.815)	24.384
Subtotal		183.555	(77.034)	222.843
Base de cálculo negativa da CSLL acumulada		42.287	(1.467)	55.842
Subtotal		225.842	(78.501)	278.685
Total		601.750	(256.801)	741.286

Realização dos créditos tributários - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários. Para os créditos tributários existentes na data do balanço foram estimados os seguintes percentuais de realização: 31,4% até dezembro de 2016, 27,8% até dezembro de 2017, 14,7% até dezembro de 2018, 7,1% até dezembro de 2019, 16,2% até dezembro de 2020, 0,5% até dezembro de 2021, 0,3% até dezembro de 2022, 0,1% até dezembro de 2023, 0,1% até dezembro de 2024 e 1,8% até dezembro de 2025. É importante ressaltar que o referido estudo de realização do crédito tributário foi elaborado a partir de premissas do plano de negócios do novo controlador e considera ações a serem implementadas pela administração e pelo controlador, as quais serão revistas tempestivamente de acordo com as normas regulamentares. A realização e manutenção do registro do crédito tributário depende da realização de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condição de realização definidos pela Resolução nº 3.355/06. Nesse contexto se destacam os seguintes aspectos em relação às condições do registro do crédito tributário:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

- A referida Resolução estabelece que o registro contábil de crédito tributário só pode ser efetuado na condição em que o Banco apresente histórico de lucros tributários para fins de imposto de renda e contribuição social, comprovado pela ocorrência dessa situação em pelo menos três, dos últimos cinco exercícios sociais. O Banco apresentou prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social nos exercícios sociais de 2012 e 2013;
- A condição acima deixou de ser aplicável no Banco no exercício de 2014, em decorrência da efetiva mudança de controle acionário e um novo período de histórico de lucratividade para cinco anos foi iniciado.

A Nova Administração, exercida com a influência do novo controlador, acredita que os esforços empreendidos na geração de lucros tributáveis futuros, conforme evidenciado no estudo técnico anteriormente mencionado e no contexto operacional (nota 1) em que está inserida a companhia, serão suficientes a suportar a realização dos créditos tributários.

No término do exercício social de 2015 o CCB Brasil Banco Múltiplo apurou pelo segundo ano consecutivo prejuízos fiscais para fins de apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social. De acordo com a Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002, dentre outras exigências, somente podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias quando se apresentar expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros e histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência.

Diante do exposto, com a concretização do aumento de capital já autorizado pelos chineses, o que possibilita a retomada dos negócios, em função das imitações regulatórias, bem como aliado a outras medidas, como profunda alteração no perfil de captação, com relevante redução de custos, a administração projeta a ocorrência lucros tributáveis nos próximos anos. Mas existe possibilidade de, ao término do primeiro semestre de 2016, vir a apresentar justificativa ao Banco Central do Brasil, fundamentada no estudo técnico de expectativa de lucros tributários, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.441 de 29 de outubro de 2015 e Circular nº 3.776, de 30 de dezembro de 2015, visando assegurar a manutenção dos registros de créditos tributários do Banco. Esse processo de transição era esperado, o novo controlador e a administração confiam plenamente na viabilidade do novo plano de negócios e na concretização das estimativas que fundamentam o estudo técnico sobre crédito tributário, conforme nota 28a.

Valor presente dos créditos tributários - com base na taxa SELIC projetada, descontada dos efeitos tributários, os créditos tributários calculados a valor presente totalizam, aproximadamente, R\$ 1.220.926 (Dezembro/14 - R\$ 787.237).

b) Passivo diferido

O CCB Brasil possui registrados R\$ 30.799 (Dezembro/14 - R\$ 7.970) a título de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste positivo do MTM dos Títulos Públicos e Derivativos, que serão realizados durante o prazo das operações com títulos e valores mobiliários e derivativos reconhecidos a valor justo.

A CCB Brasil Arrendamento Mercantil possui registrados R\$ 8.767 (Dezembro/14 - R\$ 30.554) a título de imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação, que será realizado durante o prazo das operações de arrendamento.

CCB Brasil CONSOLIDADO				
Passivo diferido	Dezembro/14	Realizações	Adições	Dezembro/15
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	8.210	(23.373)	46.087	30.924
IR sobre superveniência de depreciação	30.554	(21.787)	–	8.767
Total	38.764	(45.160)	46.087	39.691

CCB Brasil CONSOLIDADO				
Passivo diferido	Dezembro/13	Realizações	Adições	Dezembro/14
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	13.933	(36.046)	30.323	8.210
IR sobre superveniência de depreciação	40.313	(9.914)	155	30.554
Total	54.246	(45.960)	30.478	38.764

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

CCB Brasil MÚLTIPLO		
Dezembro/15		
Apuração	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(1.079.665)	(1.079.665)
Base de cálculo	(1.079.665)	(1.079.665)
Adições temporárias	1.274.142	1.274.142
Adições permanentes	176.270	176.270
Exclusões	(624.807)	(624.807)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL (Acumulado 2015)	(254.060)	(254.060)
Conciliação do resultado		
Imposto de Renda e CSLL Diferido	13.074	9.755
(=) Provisão IR e CSLL (2015)	13.074	9.755
Constituição de créditos tributários (sobre adições temporárias)	(323.397)	(344.796)
Constituição de créditos tributários (sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(63.515)	(78.694)
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	87.088	90.572
Realização do crédito tributário (sobre compensação prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	–	22.062
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(299.824)	(310.856)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(286.750)	(301.101)

CCB Brasil MÚLTIPLO		
Dezembro/14		
Apuração	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(1.253.748)	(1.253.748)
(-) Participações nos lucros	(7.867)	(7.867)
Base de cálculo	(1.261.615)	(1.261.615)
Adições temporárias	1.398.209	1.398.209
Adições permanentes	165.382	157.515
Exclusões	(657.343)	(657.343)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo da CSLL (Acumulado 2014)	(355.367)	(363.234)
Conciliação do resultado		
Imposto de Renda e CSLL Diferido	(3.727)	(2.235)
(=) Provisão IR e CSLL (2014)	(3.727)	(2.235)
Constituição de créditos tributários (sobre adições temporárias)	(349.572)	(209.746)
Constituição de créditos tributários (sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(88.842)	(54.485)
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	113.611	68.167
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(324.803)	(196.064)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(328.530)	(198.299)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

CCB Brasil CONSOLIDADO		
Dezembro/15		
Apuração	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(1.073.537)	(1.073.537)
Base de cálculo	(1.073.537)	(1.073.537)
Adições temporárias	1.430.842	1.343.693
Adições permanentes	176.508	176.508
Exclusões	(696.249)	(696.249)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL (Acumulado 2015)	(162.436)	(249.585)
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	260.088	548.080
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal/Base de Cálculo Negativa CSLL	(4.137)	(153.613)
Lucro Real e Base de Cálculo IR e CSLL	104.653	13.885
Encargos às alíquotas de 15% para IR e 20% para CSLL	15.698	3.004
Adicional de 10% de IR	9.665	-
Impostos correntes	25.363	3.004
Conciliação do resultado		
Imposto de Renda e CSLL Diferido	(8.780)	9.730
(=) Provisão IR e CSLL (2015)	16.583	12.734
Constituição de créditos tributários (sobre adições temporárias)	(337.190)	(357.715)
Constituição de créditos tributários (sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(65.022)	(82.212)
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	104.088	102.059
Realização do crédito tributário (sobre compensação prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	1.642	23.042
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(296.482)	(314.826)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(279.899)	(302.092)

CCB Brasil CONSOLIDADO		
Dezembro/14		
Apuração	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(1.251.398)	(1.251.398)
(-) Participações nos lucros	(7.867)	(7.867)
Base de cálculo	(1.259.265)	(1.259.265)
Adições temporárias	1.485.612	1.485.620
Adições permanentes	166.354	158.487
Exclusões	(674.245)	(712.449)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo da CSLL (Acumulado 2014)	(281.544)	(327.607)
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	364.796	372.280
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal / Base de Cálculo Negativa CSLL	(28.384)	(9.780)
Lucro Real e Base de Cálculo IR e CSLL	54.868	34.893
Encargos às alíquotas de 15% para IR e CSLL	8.230	5.234
Adicional de 10% de IR	5.463	-
Impostos correntes	13.693	5.234
Conciliação do resultado		
Impostos correntes	13.693	5.234
Imposto de Renda e CSLL Diferido	(13.486)	(2.236)
(=) Provisão IR e CSLL (2014)	207	2.998
Constituição de créditos tributários (sobre adições temporárias)	(371.403)	(222.843)
Constituição de créditos tributários (sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(91.199)	(55.842)
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	128.384	77.028
Realização do crédito tributário (sobre compensação prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	7.096	1.467
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(327.122)	(200.190)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(326.915)	(197.192)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

29. COMPOSIÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO

a) Resultado de operações de crédito

	CCB Brasil MÚLTIPLO		
	2º Semestre 2015	2015	2014
Capital de giro e descontos	290.503	665.550	965.239
Contas garantidas	7.077	30.125	135.961
Crédito pessoal consignado	19.404	21.326	549
Comprar	–	156	2.112
Cheque empresarial	1.216	5.224	27.915
Financiamentos à importação	8.148	17.866	17.731
Financiamentos à exportação	35.290	72.751	91.384
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.005	6.328	5.033
Financiamentos imobiliários e habitacionais	143	281	263
Financiamentos de máquinas e veículos pesados	6.288	14.110	25.191
Resolução 63 - (atual Resolução nº 2.770)	395	730	618
Vendor	–	–	346
Crédito a pessoas físicas	4.680	14.627	24.425
Outros empréstimos e financiamentos	31.372	64.466	43.651
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	44.307	101.324	13.448
Variação cambial sobre créditos em moeda estrangeira	63.454	89.740	4.153
Total	515.282	1.104.604	1.358.019

	CCB Brasil CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2015	2015	2014
Capital de giro e descontos	290.503	660.718	965.741
Contas garantidas	7.076	30.124	135.961
Crédito pessoal consignado	69.339	118.619	86.419
Comprar	–	156	2.112
Cheque empresarial	1.216	5.224	27.915
Financiamentos à importação	8.148	17.866	17.731
Financiamentos à exportação	35.290	72.751	91.384
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.005	6.328	5.033
Financiamentos imobiliários e habitacionais	144	282	263
Financiamentos de máquinas e veículos pesados	40.546	79.973	68.082
Resolução 63 - (atual Resolução nº 2.770)	395	730	618
Vendor	–	–	346
Crédito a pessoas físicas	4.693	14.640	24.457
Outros empréstimos e financiamentos	31.469	64.721	43.885
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	47.529	106.710	16.420
Variação cambial sobre créditos em moeda estrangeira	63.454	89.740	4.153
Total	602.807	1.268.582	1.490.520

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	CCB Brasil MÚLTIPLO		
	2º Semestre 2015	2015	2014
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	77.620	155.269	229.371
Resultado de títulos renda fixa	167.239	297.088	144.666
Rendas de aplicações compromissadas	76.174	166.597	7.555
Outras operações com títulos e valores mobiliários	7.776	20.488	25.463
Variação cambial	1.165	7.816	(1.245)
Total	329.974	647.258	405.810

	CCB Brasil CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2015	2015	2014
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	13.140	25.665	113.040
Resultado de títulos renda fixa	167.457	299.450	152.514
Rendas de aplicações compromissadas	76.174	166.597	7.555
Outras operações com títulos e valores mobiliários	7.773	16.564	4.209
Variação cambial	1.165	7.816	(978)
Total	265.709	516.092	276.340

c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	CCB Brasil MÚLTIPLO		
	2º Semestre 2015	2015	2014
Mercado futuro - dólar	(27.530)	(47.575)	(18.258)
Mercado futuro - DI	70.749	107.386	14.227
Resultado de compra/venda de opções de ações	-	-	(586)
Resultado de compra/venda de opções flexíveis	(1.165)	(1.188)	53
Swap	(129.952)	(132.800)	(120.337)
Variação cambial - Swap	859.914	1.212.782	261.845
Termo de moedas	394	6.404	(4.577)
Total	772.410	1.145.009	132.367

	CCB Brasil CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2015	2015	2014
Mercado futuro - dólar	(27.530)	(47.575)	(18.258)
Mercado futuro - DI	70.749	107.386	14.227
Resultado de compra/venda de opções de ações	-	-	(586)
Resultado de compra/venda de opções flexíveis	(1.165)	(1.188)	53
Swap	(129.952)	(128.622)	(119.643)
Variação cambial - Swap	859.914	1.212.782	261.845
Termo de moedas	394	5.073	(4.577)
Total	772.410	1.147.856	133.061

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

d) Resultado de câmbio

	CCB Brasil MÚLTIPLO e CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2015	2015	2014
Rendas de operações de câmbio	36.944	77.955	76.488
Despesas de operações de câmbio	(1.157)	(2.498)	(3.176)
Variações cambiais	278.314	475.647	168.844
Total	314.101	551.104	242.156

e) Despesas de captação no mercado

	CCB Brasil MÚLTIPLO		
	2º Semestre 2015	2015	2014
Depósitos de poupança	577	973	934
Títulos e valores mobiliários no exterior	95.211	173.845	122.645
Depósitos interfinanceiros	55.157	86.059	36.532
Depósitos a prazo	306.497	696.544	778.677
Operações compromissadas	77.369	171.952	23.393
Despesas de letras do agronegócio - LCA	15.493	31.052	30.472
Despesas de letras de crédito imobiliário - LCI	14.242	30.310	-
Despesas de letras financeiras - LF	6.403	14.172	22.303
Outras	9.949	25.515	57.690
Varição cambial sobre títulos emitidos no exterior	504.321	778.300	192.513
Total	1.085.219	2.008.722	1.265.159

	CCB Brasil CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2015	2015	2014
Depósitos de poupança	577	973	934
Títulos e valores mobiliários no exterior	95.211	173.844	122.645
Depósitos interfinanceiros	55.157	86.059	36.532
Depósitos a prazo	299.326	680.407	761.220
Operações compromissadas	64.964	151.122	14.066
Despesas de juros sobre debêntures	-	-	236
Despesas de letras do agronegócio - LCA	15.493	31.052	30.472
Despesas de letras de crédito imobiliário - LCI	14.242	30.310	-
Despesas de letras financeiras - LF	6.403	14.172	22.303
Outras	9.967	25.549	57.713
Varição cambial sobre títulos emitidos no exterior	504.321	778.300	192.513
Total	1.065.661	1.971.788	1.238.634

f) Despesas (receitas) com empréstimos, cessões e repasses

	CCB Brasil MÚLTIPLO		
	2º Semestre 2015	2015	2014
Repasses FUNCAFÉ/BNDES	3.137	4.847	5.623
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	37.900	64.508	56.730
Variações cambiais sobre empréstimos e repasses	636.422	911.967	203.851
Marcação a mercado - item objeto de hedge	36.470	35.926	-
Total	713.929	1.017.248	266.204

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

	CCB Brasil CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2015	2015	2014
Repasse FUNCAFÉ/BNDES	3.137	4.847	5.623
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	37.900	64.911	56.846
Variações cambiais sobre empréstimos e repasses	636.422	916.604	205.073
Marcação a mercado - item objeto de hedge	36.470	35.926	—
Total	713.929	1.022.288	267.542

g) Outras receitas operacionais

	CCB Brasil MÚLTIPLO		
	2º Semestre 2015	2015	2014
Recuperação de encargos e despesas	1.142	3.185	4.575
Remuneração de recursos recolhidos ao BACEN	50	141	188
Rendas de títulos de crédito e por venda de bens	8.363	15.387	17.519
Atualização de depósito em garantia	5.504	9.585	6.697
Reversão de provisões operacionais	218	2.364	501
Outras rendas operacionais	14.639	23.251	28.840
Total	29.916	53.913	58.320

	CCB Brasil CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2015	2015	2014
Recuperação de encargos e despesas	3.001	7.462	4.543
Remuneração de recursos recolhidos ao BACEN	50	141	188
Rendas de títulos de crédito e por venda de bens	8.505	15.619	17.672
Atualização de depósitos em garantia	5.648	9.921	6.697
Reversão de contingências fiscais	—	2.053	187
Reversão de provisões operacionais	761	3.533	969
Outras rendas operacionais	16.273	27.231	33.838
Total	34.238	65.960	64.094

h) Outras despesas operacionais

	CCB Brasil MÚLTIPLO		
	2º Semestre 2015	2015	2014
Descontos concedidos em antecipações e renegociações	4.248	8.362	34.596
Constituição/Reversões de provisões trabalhistas e cíveis	14.135	25.497	40.712
Constituição de provisões para fiança	43.978	103.068	—
Despesas de atualização - contingências fiscais e previdenciárias	22.363	38.338	34.571
Comissões crédito consignado	18.364	36.757	35.367
Programa de remuneração e retenção de funcionários	13.946	18.705	25.069
IOF sobre operações de câmbio próprias	601	1.158	2.516
Outras despesas	5.404	16.510	31.121
Total	123.039	248.395	203.952

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

	CCB Brasil CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2015	2015	2014
Descontos concedidos em antecipações e renegociações	4.248	8.362	34.596
Constituição/Reversões de provisões trabalhistas e cíveis	16.347	32.684	47.855
Constituição de provisões para fiança	43.978	103.068	–
Despesas de atualização - contingências fiscais e previdenciárias	22.853	39.540	36.425
Comissões crédito consignado	32.233	65.760	60.453
Programa de remuneração e retenção de funcionários	13.946	18.981	25.672
IOF sobre operações de câmbio próprias	118	675	2.516
Outras despesas	8.122	20.534	35.752
Total	141.845	289.604	243.269

i) Despesas de pessoal

	CCB Brasil MÚLTIPLO		
	2º Semestre 2015	2015	2014
Salários	66.093	128.175	129.052
Benefícios	10.287	19.732	19.312
Encargos sociais	23.054	43.937	44.424
Honorários da diretoria	6.555	12.504	14.320
Outros	423	840	900
Total	106.412	205.188	208.008

	CCB Brasil CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2015	2015	2014
Salários	70.936	138.028	139.239
Benefícios	11.945	23.020	22.368
Encargos sociais	24.682	47.418	47.912
Honorários da diretoria	6.768	12.935	14.593
Outros	552	1.102	1.199
Total	114.883	222.503	225.311

j) Outras despesas administrativas

	CCB Brasil MÚLTIPLO		
	2º Semestre 2015	2015	2014
Despesas de aluguéis e taxas	14.039	27.490	25.907
Despesas de comunicações	812	1.752	2.529
Despesas de manutenção e conservação	6.403	9.489	6.689
Despesas de processamento de dados	5.109	9.827	12.174
Despesas de promoções e relações públicas	1.102	2.373	2.511
Despesas de propaganda e publicidade	1.351	2.530	2.154
Despesas de serviços do sistema financeiro	4.527	8.956	10.011
Despesas de serviços de terceiros	18.735	33.784	53.957
Despesas de transportes e viagens	2.147	3.893	3.839
Despesas de amortização e depreciação	9.381	19.326	28.460
Outras despesas	8.008	17.776	20.017
Total	71.614	137.196	168.248

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

	CCB Brasil CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2015	2015	2014
Despesas de aluguéis e taxas	15.037	29.502	28.326
Despesas de comunicações	1.286	2.786	4.076
Despesas de manutenção e conservação	6.903	10.471	7.613
Despesas de processamento de dados	10.186	19.538	17.675
Despesas de promoções e relações públicas	1.133	2.404	2.532
Despesas de propaganda e publicidade	1.653	3.059	2.640
Despesas de serviços do sistema financeiro	5.475	12.065	12.888
Despesas de serviços de terceiros	22.269	40.852	63.061
Despesas de transportes e viagens	2.660	4.806	4.551
Despesas de amortização e depreciação	9.615	19.942	29.283
Outras despesas	12.064	24.582	24.829
Total	88.281	170.007	197.474

k) Despesas tributárias

	CCB Brasil MÚLTIPLO		
	2º Semestre 2015	2015	2014
Despesas tributárias	2.462	4.856	14.162
Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza	1.394	3.062	4.227
Despesas de contribuição ao COFINS	5.310	12.941	24.982
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	863	2.103	4.060
Total	10.029	22.962	47.431

	CCB Brasil CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2015	2015	2014
Despesas tributárias	2.947	5.789	15.120
Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza	1.703	3.921	5.280
Despesas de contribuição ao COFINS	8.139	18.806	31.016
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	1.336	3.576	5.181
Total	14.125	32.092	56.597

l) Resultado das variações cambiais sobre ativos e passivos

No resultado da intermediação financeira foram computadas variações cambiais sobre ativos e passivos indexados a moedas estrangeiras, cuja composição líquida é a seguinte:

	CCB Brasil MÚLTIPLO		
	2º Semestre 2015	2015	2014
Operações de crédito	63.454	89.740	4.153
Títulos e valores mobiliários no exterior - ativo	1.165	7.816	(1.245)
Mercado futuro - dólar	(27.530)	(47.575)	(18.258)
Opções flexíveis - dólar	(1.166)	(1.189)	53
Swap - dólar	859.914	1.212.782	261.845
Termo de moeda - dólar	394	6.404	(4.577)
Resultado de câmbio	278.314	475.647	168.844
Títulos e valores mobiliários no exterior - passivo	(504.321)	(778.300)	(192.513)
Obrigações por empréstimos e repasses do exterior	(636.422)	(911.967)	(203.851)
Total	33.802	53.358	14.451

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

	CCB Brasil CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2015	2015	2014
Operações de crédito	63.454	89.740	4.153
Títulos e valores mobiliários no exterior - ativo	1.165	7.816	(978)
Mercado futuro - dólar	(27.530)	(47.575)	(18.258)
Opções flexíveis - dólar	(1.166)	(1.189)	53
Swap - dólar	859.914	1.212.782	261.845
Termo de moeda - dólar	394	5.073	(4.577)
Resultado de câmbio	278.314	475.647	168.852
Títulos e valores mobiliários no exterior - passivo	(504.321)	(778.300)	(192.513)
Obrigações por empréstimos e repasses do exterior	(636.422)	(916.604)	(205.073)
Total	33.802	47.390	13.504

m) Resultado não operacional

Refere-se basicamente a baixa de bens próprios e provisionamentos para ajuste ao valor de realização de bens ou outros ativos não operacionais.

	CCB Brasil MÚLTIPLO		
	2º Semestre 2015	2015	2014
Resultado na alienação de bens	(1.063)	226	(10.721)
Perdas de capital	(857)	(3.002)	(5.159)
Despesa de provisão para ajuste do valor de realização de bens	(2.761)	551	(67.325)
Outros	363	699	436
Total	(4.318)	(1.526)	(82.769)

	CCB Brasil CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2015	2015	2014
Resultado na alienação de bens	(778)	1.149	(6.654)
Perdas de capital	(857)	(3.002)	(5.159)
Despesa de provisão para ajuste do valor de realização de bens	(3.265)	(1.519)	(70.000)
Outros	363	699	1.736
Total	(4.537)	(2.673)	(80.077)

30. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O CCB Brasil está apresentando à demonstração de segmentos operacionais prevista no CPC 22. De acordo com esse pronunciamento, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrerem despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócios como sendo os seus segmentos operacionais:

- Atacado
- Varejo

O CCB Brasil mantém a estratégia de focar as suas operações no segmento de atacado. Este segmento inclui transações de capital de giro de curto prazo garantidas por recebíveis, que o CCB Brasil acredita ser um dos produtos mais rentáveis do segmento. Uma parcela significativa da carteira de atacado é representada por empréstimos de curto prazo que provêm ao Banco maior liquidez e um controle mais efetivo do risco. Adicionalmente, o CCB Brasil participa ativamente no mercado de câmbio com captações realizadas junto a bancos internacionais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

O segmento de varejo inclui operações de crédito consignado para funcionários do setor público, um segmento, onde o CCB Brasil tem operado por mais de dez anos e apresenta um baixo histórico de inadimplência.

Em 03 de novembro de 2009, o CCB Brasil assinou o contrato de compra para adquirir 100% da CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos, ou CCB Brasil Financeira, uma companhia sediada na cidade de Porto Alegre para prover empréstimos para pessoa física (incluindo crédito consignado, crédito pessoal e financiamento de veículos) e para empresas de pequeno porte (incluindo desconto de títulos a receber).

As informações do resultado condensadas e outros dados significativos são os seguintes:

CCB Brasil CONSOLIDADO						
	2015			2014		
	Atacado	Varejo	Total	Atacado	Varejo	Total
Receitas da intermediação financeira	3.304.869	172.247	3.477.116	2.007.843	191.685	2.199.528
Operações de crédito	1.099.772	168.810	1.268.582	1.358.523	131.997	1.490.520
Operações de Arrendamento mercantil	(6.736)	–	(6.736)	29.505	–	29.505
Resultado de títulos e valores mobiliários	512.655	3.437	516.092	273.648	2.692	276.340
Resultado com instrumentos financeiros e derivativos	1.147.856	–	1.147.856	159.619	–	159.619
Resultado de câmbio	551.104	–	551.104	242.156	–	242.156
Resultado de aplicações Compulsórias	218	–	218	258	–	258
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros	–	–	–	(55.866)	56.996	1.130
Despesas da intermediação financeira	(3.845.716)	(126.328)	(3.972.044)	(2.661.893)	(119.591)	(2.781.484)
Captação no mercado	(1.860.015)	(111.773)	(1.971.788)	(1.143.600)	(95.034)	(1.238.634)
Empréstimos, cessões e repasses	(1.022.288)	–	(1.022.288)	(267.542)	–	(267.542)
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros	(26.515)	24.317	(2.198)	(655)	–	(655)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(936.898)	(38.872)	(975.770)	(1.250.096)	(24.557)	(1.274.653)
Resultado bruto da Intermediação financeira	(540.847)	45.919	(494.928)	(654.050)	72.094	(581.956)
Outras receitas (despesas) operacionais	(505.507)	(70.429)	(575.936)	(500.707)	(62.100)	(562.807)
Receitas de tarifas de prestação de serviços e tarifas bancárias	63.854	9.613	73.467	85.671	10.079	95.750
Despesas de pessoal	(207.068)	(15.435)	(222.503)	(210.468)	(14.843)	(225.311)
Despesas tributárias	(26.412)	(5.680)	(32.092)	(50.622)	(5.975)	(56.597)
Resultado de participação em controladas	(1.157)	–	(1.157)	–	–	–
Outras despesas administrativas	(142.105)	(27.902)	(170.007)	(178.612)	(18.862)	(197.474)
Outras receitas operacionais	60.221	5.739	65.960	64.794	2.794	67.588
Outras despesas operacionais	(252.840)	(36.764)	(289.604)	(211.470)	(35.293)	(246.763)
Resultado operacional	(1.046.354)	(24.510)	(1.070.864)	(1.154.757)	9.994	(1.144.763)
Resultado não operacional	(2.320)	(353)	(2.673)	(82.714)	2.637	(80.077)
Resultado antes da Tributação e participações sobre o lucro	(1.048.674)	(24.863)	(1.073.537)	(1.237.471)	12.631	(1.224.840)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

CCB Brasil CONSOLIDADO						
	Dezembro/2015			Dezembro/ 2014		
	Atacado	Varejo	Total	Atacado	Varejo	Total
Total em ativos	12.712.720	1.290.610	14.003.330	14.361.973	1.189.444	15.551.417
Total em passivos	12.109.030	1.159.831	13.268.861	13.277.365	1.054.604	14.331.969
Principal linha do ativo						
Operações de crédito	5.068.307	1.155.375	6.223.682	8.687.397	1.087.520	9.774.917
Principal linha do passivo						
Depósitos	<u>2.595.647</u>	<u>1.137.969</u>	<u>3.733.616</u>	<u>4.887.119</u>	<u>1.151.071</u>	<u>6.038.190</u>

31. ACORDO DA BASILEIA

A administração acredita que a implementação do plano de negócios em vigor (nota 1), permitirá alcançar os objetivos de requerimento de capital exigidos pelo plano de negócios da companhia e atender aos níveis mínimos de capitalização requeridos pelo Banco Central do Brasil.

Em 1º de março de 2013 o BACEN editou um conjunto de quatro Resoluções e quinze circulares, conhecido por "Basileia III", que estabeleceu novos requerimentos de capital para as instituições financeiras operantes no sistema bancário brasileiro, dentre elas a Resolução nº 4.192/13 que impôs medidas de impacto sobre a metodologia de cálculo do Patrimônio de Referência, em vigor desde Outubro/13, especialmente no tratamento dos créditos tributários e do Capital de Nível II composto no caso do CCB Brasil, de dívidas subordinadas, conforme detalhadas na nota explicativa nº 25a.

	Basileia III
Cálculo do Índice de Basileia Prudencial	Dezembro/15
Patrimônio de Referência Nível I	435.401
- Capital Principal	435.401
Patrimônio de Referência Nível II	1.066.668
- Dívida Subordinada	1.066.668
Patrimônio de Referência - Prudencial	1.502.069
Risco de Crédito	958.447
Risco de Mercado	6.409
Risco Operacional	160.769
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	1.125.625
Índice de Basileia	14,68
Índice de Capitalização Nível I	4,26
Índice de Capitalização Nível II	10,42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

32. DEMONSTRATIVO DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

CCB Brasil MÚLTIPLO E CONSOLIDADO		
	Dezembro/15	Dezembro/14
Limite	715.333	962.593
Situação	158.354	192.178
Margem	556.979	770.415
Índice de imobilização	11,07%	9,98%

33. AVAIS E FIANÇAS PRESTADAS

- a) As responsabilidades por avais e fianças prestadas montam R\$ 2.065.537 (Dezembro/14 - R\$ 2.472.199) e apresentam a seguinte concentração:

CCB Brasil MÚLTIPLO E CONSOLIDADO				
	Dezembro/15	%	Dezembro/14	%
Maior tomador de fiança	162.481	7,87	143.446	5,80
10 Maiores fianças	762.188	36,90	716.076	28,97
20 Maiores fianças	1.098.953	53,20	1.114.633	45,09
50 Maiores fianças	1.572.935	76,15	1.650.211	66,75

No período findo em 31 de dezembro de 2015, o saldo de provisão para avais e fianças prestadas é de R\$ 103.066 (Dezembro/14 -), registrada na rubrica "Outras obrigações diversas" (nota 24).

- b) As responsabilidades por avais e fianças honradas representam o montante de R\$ 34.317 (Dezembro/14 - R\$ 5.166) e estão classificadas na carteira de crédito de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do BACEN (nota 8a).

34. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centralizou o gerenciamento dos riscos Socioambientais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. O Relatório de Gestão de Riscos (não auditado) em atendimento a Circular nº 3.678 de 31 de Outubro de 2013 que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, encontra-se no site <http://www.br.ccb.com/menu/Relacoes-com-Investidores/Governanca-Corporativa/Gestao-de-Riscos/Relatorios-de-Gerenciamento-de-Risco-109> e poderá prover maiores detalhes a respeito.

A estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada, atendendo à Resolução nº 3.988 de 30 de junho de 2011 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional, aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro. Existem políticas institucionais e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Da mesma forma, atendendo à Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a estrutura de Gerenciamento de Liquidez foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de liquidez.

A Resolução nº 4.327 de 25 de Abril de 2014 do Conselho Monetário Nacional (CMN) também está observada relativamente ao estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. A Diretoria de Governança Corporativa compõem-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, do risco operacional, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

I. Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.

II. Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

I. RISCOS QUE O BANCO SE EXPÕE

Na condução de suas operações, o CCB Brasil está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

1. Risco Externo

É o risco relacionado a fatores externos e que não estão sob controle do Banco.

2. Riscos Financeiros

2.1. - Risco de Crédito

Representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

2.2. - Risco de Mercado

Representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos ativos financeiros do Banco, uma vez que suas carteiras ativas e passivas apresentam descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

2.3. - Risco de Liquidez

Representado pelo descasamento no fluxo de caixa, decorrentes de dificuldade de se desfazer rapidamente de um ativo ou de se obter recursos, impossibilitando a liquidação de posições ou gerando responsabilidades em aberto. O CCB Brasil apresenta no Balanço Patrimonial o Passivo Circulante maior que o Ativo Circulante, contudo o Banco possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda (nota 5b) no montante de R\$ 543.083. Além disso, parte significativa dos recursos constantes do passivo na rubrica "Obrigações por Empréstimos" refere-se a operações com controlada, o que minimiza o risco de levar a Instituição a situação ilíquida. Por outro lado, conta a Instituição com controle de caixa mínimo, atualizado sistematicamente e semanalmente que controla o nível de recursos para fazer frente a situações de estresse. A Política de Caixa Mínimo prevê o nível de caixa suficiente para enfrentar 30 dias de não recebimento de recursos, o que torna a instituição apta a enfrentar com antecedência quaisquer alterações de liquidez de mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

3. Riscos não Financeiros

3.1. - Risco Operacional

Representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

3.2. - Risco Socioambiental

Dizem respeito aos riscos próprios e de seus clientes e fornecedores no que tange ao impacto social e ambiental de suas atividades. São convenientemente monitorados, já que estes aspectos podem interferir no desempenho do cliente e acarretar risco de crédito mais elevado. Por outro lado, podem referir-se ao tratamento dado pelas empresas clientes ao ambiente e à sociedade divergentes dos valores adotados pelo Banco, o que pode ocasionar risco de imagem e de reputação.

4. Risco Estratégico

É o risco de perda resultante de processos ou tomada de decisões que impactem a sobrevivência, crescimento ou obtenção de vantagem competitiva do Banco. O Banco dispõe de instrumentos e sistemas que permitem o monitoramento do resultado das ações e propiciam às pessoas a capacidade de reagir de forma rápida e incisiva quando se defrontam com um risco de grande magnitude, porém, ainda mais importante e eficaz, é a capacidade que têm de se antecipar ao risco e desenvolver um plano de minimização de impactos e de transformá-los de antemão.

II. GESTÃO DE RISCOS

A Política de Gerenciamento de Risco do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco designou o Diretor de Controladoria responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central. O diretor indicado não é responsável por funções relacionadas à administração de recursos de terceiros ou de operações de tesouraria.

Gestão do Risco de Mercado

O Departamento de Gerenciamento de Risco de Mercado é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pelo Comitê Financeiro, assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por quatro principais tipos de medidas: posições (*stale positions*), sensibilidades (PV01), testes de estresse e o “*Value-at-risk*” (incluindo testes de aderência e validações).

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil. O monitoramento e controle das posições do banco, não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

Instrumentos para a Gestão do Risco de Mercado

Análise de Cenários

O Banco se utiliza de análises de cenários para testes de estresse, que são mecanismos importantes para entender a sensibilidade do capital e dos planos de negócio do CCB Brasil em situações de eventos extremos. Além de considerar o efeito financeiro potencial sobre os planos de negócio, essa ferramenta fornece à Diretoria Executiva a possibilidade de estabelecer planos de ação para mitigar tais eventos, caso aconteçam. Exercícios periódicos são realizados para comparar o capital requerido existente com o volume demandado por cenários de estresse, incluindo a deterioração do cenário econômico global de forma mais severa. Técnicas qualitativas e quantitativas são utilizadas para estimar o impacto potencial sobre a posição de capital sob tais cenários.

Estes instrumentos auxiliam na mitigação dos riscos apresentados por crises financeiras. Por outro lado, também se faz necessário a utilização de cenários analisados no passado, que podem representar informações privilegiadas na identificação de ações necessárias para a mitigação de riscos, quando eventos similares acontecem.

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o impacto que a mudança de um determinado fator de risco gera sobre a carteira do banco. As análises de sensibilidade são uma métrica particularmente importante para o gerenciamento do risco de juros do banco, visto que pequenas mudanças nos fatores de risco podem gerar perdas ou ganhos significativos quando consideradas todas as carteiras.

Com o intuito de medir a perda potencial em uma carteira devido a eventos extremos (baixa probabilidade) de mercado o Banco se utiliza do teste de estresse. A realização desses testes pela área de risco de mercado atende tanto às políticas globais do Banco quanto as exigências das autoridades reguladoras. Os testes de estresse são uma importante ferramenta para complementar o modelo primário de medida de risco (VaR).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

A área de risco de mercado é responsável pela definição e revisão da metodologia interna utilizada para os testes de estresse, realização e monitoramento periódicos dos testes de estresse e elaboração dos relatórios de resultados dos testes. Também é responsável pela realização e definição dos parâmetros utilizados nos testes de estresse exigidos pelas autoridades reguladoras.

Value-at-risk

O *Value-at-risk* (valor em risco ou VaR) é uma importante ferramenta de gerenciamento de risco utilizada internamente e também utilizada para fins de cálculo de capital regulatório. Ele representa a máxima perda potencial esperada para um dado nível de confiança e por um determinado período de tempo (*holding period*). Os parâmetros empregados no cálculo do VaR podem variar de acordo com o perfil das posições que estão sendo analisadas.

Back testing

Back testing é um método utilizado na avaliação da qualidade do modelo de VaR utilizado pelo Banco. O método compara os resultados previstos pelo modelo de VaR com os resultados efetivos calculados pelas diferenças de preços de ativos e passivos marcados a mercado (P&L). Sua função é medir a capacidade de previsão de perdas potenciais do modelo de VaR sob condições normais de mercado, dado um determinado nível de confiança. Caso o P&L exceda o VaR temos um *outlier*, caso a quantidade de *outliers* supere o nível de confiança, o modelo é revisado.

O Banco, por intermédio da área de governança corporativa, tem como prática a utilização do *Back Testing* na validação e aderência do modelo de *Value-at-risk* nas carteiras.

Limites

Os limites de risco de Mercado são importantes formas de controle utilizados para assegurar que as exposições estejam de acordo com o apetite de risco definidos. O Comitê Financeiro define limites de VaR tanto para a carteira *Trading* quanto para a carteira *Banking*, além de limites específicos destas, quando submetidas a estresse, e compara os diversos fatores de risco aos quais o Banco possa estar exposto. O tipo de limite a ser definido e monitorado será previamente determinado pela área de risco de mercado. A área de risco de mercado é responsável por garantir que todas as exposições aos fatores de risco estejam de acordo com os limites previamente estabelecidos e aprovados. O monitoramento das posições, independente da classificação das operações, e os resultados da Carteira *Trading* são obtidos diariamente.

Cabe à área de risco de mercado apontar os excessos de limites de risco para um determinado fator de risco ao Comitê Financeiro, que deverá tomar as providências necessárias para a adequação da exposição, conforme política interna do Banco. Os limites de risco de mercado são revisados anualmente pelo Comitê Financeiro.

Em conformidade às políticas do Banco e aos normativos do BACEN que regem o assunto (Resolução nº 3.464 e Circular nº 3.354), as operações são divididas entre as carteiras de negociação (*trading*) e *banking* segundo o seguinte princípio básico:

Carteira de Negociação (*trading*): consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragens.

Carteira *Banking*: formada pelas operações que não estejam classificadas na carteira de negociação.

O processo de classificação de operações é definido pela área de negócios no momento da realização das operações.

Principais Riscos de Mercado Geridos

1. Risco de taxas de juros

O Banco e suas controladas utilizam recursos gerados por meio de suas atividades operacionais e, em especial, pela captação de recursos de clientes. Para complementarem suas necessidades de caixa, o Banco e suas controladas obtêm recursos substancialmente indexados à variação do CDI e é nessa possibilidade de flutuação que reside o risco em relação à taxa de juros. Para mitigar esse efeito, o Banco e suas controladas adotam a política de emprestar e financiar clientes preferencialmente em operações também indexadas ao CDI. Apenas o *spread* desses negócios está exposto à volatilidade do CDI, que poderá influenciar os resultados e lucro, se houver flutuações significativas.

2. Risco de taxa de câmbio (cupom cambial e dólar à vista)

A estratégia de gestão do risco cambial tem como objetivo não permitir impactos no resultado decorrentes de variação na cotação das moedas. Para tanto, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por meio de utilização de instrumentos financeiros derivativos.

O Banco adota a política de não gerar exposição relevante em moedas estrangeiras que exija capital para sua cobertura, em consonância com a sua principal atuação de negócios, que é a concessão de crédito. As posições de ativos e passivos do Banco estão em sua grande parte em *hedge* natural, em vista de suas aplicações e captações estarem indexadas ao CDI. Da mesma forma, as captações internacionais são protegidas através de *hedge* efetuado com derivativos apropriados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

A utilização de derivativos como *swaps* e contratos futuros de dólar têm o propósito de anular ou minimizar perdas cambiais com uma desvalorização acentuada do Real (R\$) perante as moedas estrangeiras. Após o *hedge*, essas operações permanecem casadas em termos de valor, prazos e moedas, trocando a exposição cambial inicial dos empréstimos pela exposição ao CDI. O Banco cuida para que os vencimentos das operações e seus *hedges* ocorram simultaneamente.

3. Risco de bolsa (BM&FBOVESPA)

Advém da posição da Tesouraria na sua carteira de *trading* e que pode conter posições em ações e futuros que apresentem riscos de volatilidade e, conseqüentemente, de impacto nos resultados.

4. Risco de inflação

Decorre de posições de títulos ou empréstimos realizados e indexados a índices de preços, cujo *hedge* é imperfeito ou inexistente. A política de exposição aos riscos não permite grandes impactos mesmo em cenário adverso, considerando todos os fatores de risco já mencionados. O Banco realiza seus negócios com gaps mínimos entre ativos e passivos, além de realizar *hedge* de suas operações em relação aos indexadores CDI, taxas de câmbio e inflação. Desta forma, não se espera que uma eventual volatilidade venha a alterar sobremaneira os resultados.

Gestão do Risco Operacional

Os riscos operacionais são revisados ao menos semestralmente, incluindo-se a avaliação de seus controles e ajustando-os de acordo com suas estratégias e do apetite ao risco. A governança do risco operacional é exercida pelos gestores, área de governança corporativa e riscos do Banco. A estrutura de gestão é distinta daquelas que lidam com o risco de mercado e de crédito permitindo um efetivo sistema de controles internos que visa à redução da probabilidade de erros humanos e irregularidades em processos, produtos e sistemas. Os Comitês de Risco e de Controles Internos determinam qual o nível aceitável de tolerância ao risco.

O cálculo da exposição ao risco operacional é mensalmente calculada e ajustada segundo a estratégia de atuação e o apetite ao risco determinado para o momento.

Gestão do Risco de Crédito

O CCB Brasil possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os *ratings* de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados a capacidade de pagamento e *default* de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise. Em atendimento à Resolução CMN nº 3.721/09 e ao acordo da Basileia, refletido pelas circulares e resoluções recentemente emitidas pelo BACEN, que preveem um alinhamento com as recomendações internacionais no que diz respeito ao nível mínimo de capital.

Ferramentas de rating para avaliação do risco de Crédito

O cálculo de risco de uma carteira com contratos contendo risco de crédito é feito principalmente através de uma medida estatística chamada *CreditValue-at-risk* (VaR de crédito). O VaR com nível de confiança de 99% (padrão adotado pelo Banco) é a perda máxima esperada que um portfólio pode sustentar em 99% dos casos, desconsiderados os eventos raros cuja probabilidade de ocorrência é de apenas 1% ($100\% - 99\% = 1\%$), ou seja a quantidade de eventos cuja probabilidade de perda da carteira ultrapasse o valor do VaR é 1%. Os resultados são obtidos com a utilização da metodologia de simulação de Monte-Carlo. Trata-se de uma metodologia onde os eventos de crédito são simulados em um ambiente computacional para um número muito grande de vezes e os valores das perdas, para cada um dos cenários simulados, armazenadas e agrupadas estatisticamente em uma coleção de onde são calculados diretamente os valores em risco para cada um dos níveis de confiança.

Trata-se de uma metodologia atuarial que não considera os efeitos das taxas de juros sobre as exposições em risco, calculando as perdas em termos dos valores de face, ajustadas à taxa de recuperação determinadas pelo CCB Brasil com base na avaliação e experiência histórica, uma vez que são as porções não recuperadas as exposições efetivas sob risco de crédito. Assim, o paradigma atuarial captura corretamente o componente de risco de crédito, ajustando as probabilidades de *default* aos vencimentos dos contratos.

A metodologia de cálculo é sensível ao fato que contratos com vencimentos mais longos possuam maior risco de crédito do que contratos com vencimentos mais curtos.

O cálculo do LGD (*loss given default*, ou perda decorrente de inadimplência) baseia-se na observação da recuperação de créditos inadimplentes, tendo em conta não só receitas e despesas vinculadas ao processo de recuperação, mas também o momento em que acontece e os custos indiretos decorrentes desse processo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

35. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) O Banco possui 37 pontos de atendimento no País e uma agência no Exterior. O quadro de funcionários está distribuído conforme abaixo:

Operacional	Dezembro/15	Dezembro/14
Comercial	155	196
Captação	9	6
Subtotal	164	202
Suporte e Controle		
Administrativo	281	336
Jurídico/Auditoria	29	26
Controladoria	101	94
Informática	115	112
Outros	1	1
Subtotal	527	569
Total	691	771

- b) **Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais**

O CCB Brasil é tomador de garantias junto aos organismos internacionais IDB (*Inter-American Development Bank*), IFC (*International Finance Corporation*) e devedor por empréstimos obtidos junto ao IDB (*Inter-American Development Bank*) e IFC (*International Finance Corporation*), DEG (*Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft MbH*) e Proparco (*Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique*) para repasses a empresas brasileiras, com prazos que vão de 02 a 05 anos, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e trimestralmente aferidos pelos credores mencionados.

CCB Brasil MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	Requerido
Capitalização (Basileia)	≥ 11%
Ativos Fixos + Investimentos Patrimoniais sobre "PR"	≤ 30%
Ativos Líquidos sobre Obrigações de Curto Prazo	≥ 80%
"PR" sobre total de ativos	≥ 6%
Créditos em atraso sobre Operações de Crédito	≤ 6%
Provisão Devedores Duvidosos sobre Créditos em Atraso	≥ 100%
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre "PR"	≤ 25%
Maior devedor sobre "PR"	≤ 20%
10 maiores devedores de um décimo do PR, sobre "PR"	≤ 350%
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional	≤ 85%
Exposição Cambial por moeda sobre "PR"	≤ 15%
Exposição Cambial agregado de moedas sobre "PR"	≤ 25%
Gap de liquidez de 90 dias em R\$	> 0
Índice (%) de Gap de liquidez de 90 dias, sobre "PR"	> 0
Índice de risco de taxa de juros sobre "PR"	[-10%;10%]
Índice agregado de risco de taxa de juros sobre "PR"	[-20%;20%]
Gap de vencimento negativo por moeda sobre "PR"	≥ -250%

- c) **Benefícios pós-emprego a empregados**

O CCB Brasil não mantém nenhum plano específico de benefícios a empregados, com exigência de contribuições definidas ou responsabilidades como patrocinador.

- d) **Seguros**

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

EM MILHARES DE REAIS

e) Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa indireto

	CCB Brasil MÚLTIPLO		CCB Brasil CONSOLIDADO	
	Dezembro/15	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/14
Disponibilidades	392.599	173.694	393.518	175.098
Aplicações no mercado aberto	–	200	–	22.843
Aplicações em depósitos interfinanceiros	–	50.324	–	50.324
Aplicações em moedas estrangeiras	330.614	39.201	330.614	39.201
Total	723.213	263.419	724.132	287.466

f) Contratos de troca de fluxos financeiros - Swaps vinculados a Ações preferenciais do Banco

Conforme Fato Relevante divulgado em 11 de maio de 2012, foi informado aos acionistas e ao mercado em geral que o CCB Brasil celebrou contratos de troca de fluxos financeiros - Swaps, com o Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A., no valor total de até R\$ 100.000 (cem milhões de reais), com prazo de até dois anos, equivalentes, de um lado à variação das ações preferencias - BICB4 e de outro lado, contra uma taxa equivalente à variação do CDI acrescida de uma taxa prefixada. Para a data do balanço (31/12/2015) os prêmios dos Swaps foram totalmente liquidados (Dezembro/14 - a pagar R\$ 750). O valor de referência dessas operações em Dezembro/14 era de R\$ 26.249.

g) Aplicação de ajustes prudenciais em conformidade com a Resolução nº 4.277/13

A partir de 30 de junho de 2015 a Resolução nº 4.277/13 do BACEN estabeleceu a aplicação de ajustes prudenciais referentes ao apuração de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado. O Banco desenvolveu controles e metodologia de apuração aprovada pela diretoria, bem como procedimento para avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros.

Tal avaliação, baseada na política definida, revelou que para as demonstrações financeiras encerradas na data-base de 31 de dezembro de 2015, não há necessidade de a Instituição realizar ajuste prudencial. Justifica-se pelo que segue:

- A carteira de TVM é composta substancialmente por títulos públicos federais 97,4% (Dezembro/14 - 97,5%) de uma carteira de R\$ 4.048.478 (Dezembro/14 - R\$ 3.632.655) que apresentam baixo risco e liquidez abundante.
- Os Instrumentos Derivativos marcados a mercado, que somam R\$ 962.378 (Dezembro/14 - R\$ 650.273), fazem substancialmente frente ao hedge das posições passivas de captação no exterior, que serão levadas ao vencimento.
- São irrelevantes os volumes de outros instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: **Wensheng Yang**
Membros do Conselho: **Hong Yang**
Daniel Joseph McQuoid
Heraldo Gilberto de Oliveir
Xi Zhang (*)

*Homologado em 14 de janeiro de 2016

DIRETORIA

Diretor Presidente: **Yongdong Jiang**
(em Exercício)
Diretores Vice-Presidente: **Jin Li**
Xiaowei Dong
Milto Bardini
Paulo Celso Del Ciampo

Diretores: **Hong Yang**
Carlos José Roque
Francisco Edênio Barbosa Nobre

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente e Membro Qualificado: **Heraldo Gilberto de Oliveira**
Membros do Comitê: **Walter Mallas Machado de Barros**
Daniel Joseph McQuoid

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil (nova denominação social do Banco Industrial e Comercial S.A.)

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Transferência do controle acionário e operações

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 - Contexto operacional, a qual informa sobre a transferência do controle acionário do Banco, ocorrida em 29 de agosto de 2014, e as ações que o novo Controlador vem implementando para a retomada de resultados operacionais positivos, com a obtenção de resultados tributáveis em níveis suficientes à realização do estoque de créditos tributários, considerando as alíquotas vigentes em cada período, e o plano para cumprimento dos limites mínimos de capitalização, que prevê o aumento de capital em processo de aprovação pela China Banking Regulatory Commission (CBRC), com a concretização prevista pela Administração até o final do primeiro semestre de 2016 e a consequente viabilização deste plano de negócio. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referente ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea pelo Banco. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos acima e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de março de 2016



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MÚLTIPLO S.A. - CCB BRASIL

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB foi instituído em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao estatuto social da Instituição, sendo composto por três membros independentes, dois dos quais também membros do Conselho de Administração. Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas (i) ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do CCB e de suas controladas; (ii) à qualidade e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, e (iii) à indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente. O Comitê atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento do Conselho de Administração, sem poder decisório ou funções executivas.

O antigo BICBANCO, sucedido pelo CCB, teve seu controle acionário adquirido pelo CCB - China Construction Bank, através da CCB Brazil Financial Holding - Investimentos e Participações Ltda., sendo que as operações do banco estão sendo conduzidas nesse contexto. Já ocorreu o cancelamento de registro de companhia aberta. Em seu plano de negócios a instituição prevê a obtenção de resultados tributáveis em níveis suficientes para a realização do estoque de créditos tributários, bem como a capitalização mínima exigida pelo BACEN, aspectos constantes da nota explicativa no 1, relativa ao contexto operacional, bem como do relatório dos auditores independentes em parágrafo de ênfase.

No exercício de 2015, até esta data, o Comitê realizou formalmente 34 reuniões. O relatório do Comitê e este resumo foram aprovados em reunião de 29 de março de 2016. As atas e relatórios são regularmente encaminhados ao Conselho de Administração. O Comitê acompanha as determinações e apontamentos do órgão regulador, tendo inclusive mantido durante o período reuniões específicas com representantes do Banco Central do Brasil (BACEN). O Comitê de Auditoria analisou a qualidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, com foco na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Comitê de Auditoria avaliou as recomendações propostas pelas Auditorias Interna e Independente, bem como as determinações provenientes da área de supervisão do BACEN, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos, e acompanhando o processo de implementação das mesmas. O Comitê, com base nas informações e relatórios recebidos das áreas de controles internos e riscos, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios da Auditoria Independente, concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Instituição, considerando-se a implementação do processo de aumento de capital em curso, o que possibilitará a retomada de negócios da instituição.

A Administração é responsável pela definição e implementação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e da CVM. A Administração também é responsável pelo desenho e implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da Instituição. A Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração, é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação. A Auditoria Independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, como resultado de sua revisão dos controles internos para fins de emitir a opinião sobre as demonstrações financeiras, a Auditoria Independente produz relatório de recomendações sobre práticas contábeis e de controle interno, sem prejuízo de outros relatórios que também deva preparar, como os das revisões limitadas trimestrais. Cabe ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração na avaliação da qualidade e da efetividade das Auditorias Interna e Independente e quanto à qualidade e a suficiência dos sistemas de controle interno e das demonstrações financeiras.

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisou o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações, especialmente nas áreas de crédito, riscos e controles internos, além de demandas específicas durante o período. O Comitê entendeu que a cobertura e qualidade dos trabalhos da Auditoria Interna ao longo do período foram realizadas com qualidade apropriada.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis pela KPMG Auditores Independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, cujo relatório, datado de 29 de março de 2016, apresenta-se sem ressalvas, com parágrafo de ênfase relacionado ao processo de transferência de controle acionário, aprovação do processo de aumento de capital em curso e consequente realização do crédito tributário. Os principais pontos discutidos com os Auditores Independentes relacionaram-se com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria entendeu como adequada a política de independência na execução dos trabalhos da auditoria independente do CCB.

CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MÚLTIPLO S.A. – CCB BRASIL RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de contabilidade, controles internos, auditoria interna, riscos e com os Auditores Independentes, para análise das demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à sua preparação e apresentação, não se verificando diferenças que pudessem influenciar materialmente a situação econômico-financeira da instituição, conforme indica o parecer dos auditores independentes sem ressalvas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com o Conselho de Administração, membros do Conselho e com Diretores da instituição, expondo suas opiniões e recomendações, no âmbito de sua atuação, tendo ainda discutido com a Administração as recomendações apresentadas à Administração pelos Auditores Independentes e os resultados de ações fiscalizadoras do BACEN. Suas principais recomendações estão centradas na definição e implementação da nova estratégia e da necessidade de recomposição do capital regulatório, ambos aspectos essenciais para possibilitar a recuperação do ativo fiscal diferido.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, entende que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas auditadas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração da instituição. O Comitê de Auditoria enfatiza que é crucial para a instituição a implementação do aumento de capital em andamento, conforme nota explicativa no 1, sobre contexto operacional, sendo que disso também depende a viabilização dos negócios projetados no estudo técnico sobre o crédito tributário.

São Paulo, 29 de março de 2016

Daniel Joseph McQuoid

Heraldo Gilberto de Oliveira
Presidente

Walter M. Machado de Barros